



Transição energética justa e povos indígenas

Debates Indígenas é uma revista que se propõe a abordar as lutas, conquistas e problemáticas dos Povos Indígenas, a partir do próprio olhar dos territórios e das comunidades, do conhecimento da academia e do compromisso do ativismo. Nossa visão é nos tornarmos um meio de comunicação de referência para os Povos Indígenas, assim como uma ferramenta que contribua para a defesa dos direitos humanos e da natureza.

IWGIA é uma organização global de direitos humanos dedicada a promover, proteger e defender os direitos dos Povos Indígenas. Para isso, documenta e monitora a situação dos Povos Indígenas em todo o mundo. Seu motor de transformação está na documentação, na incidência e no trabalho local.

Editor-Chefe: Alejandro Parellada

Editores Especiais: Rosario Carmona e Rodion Sulyandziga

Editor Geral: Damián Andrada

Revisora: Laura Pérez Portela

Edição em inglês: Sidney Suzanne Coles

Edição em português: Matheus dos Santos da Silveira

Foto da capa: Rodion Sulyandziga

Foto da contracapa: Tularam Lama / Choho

Prólogo - Rosario Carmona e Rodion Sulyandziga (IWGIA)

A transição energética global gera profundas contradições que revelam como a produção de energia renovável corre o risco de perpetuar os mesmos padrões extrativistas que promoveram a atual crise climática. Embora a transição para energias limpas seja essencial para a sobrevivência planetária, sua trajetória ameaça intensificar as pressões sobre os Povos Indígenas. De fato, mais da metade das reservas mundiais de minerais críticos estão localizadas em seus territórios.

A narrativa dominante da transição energética, centrada em soluções tecnológicas e na competitividade do mercado, omite questões fundamentais de justiça, soberania e autodeterminação. Do triângulo do lítio na América do Sul à tundra ártica, dos vales fluviais do Nepal às ilhas ricas em níquel da Indonésia, as comunidades indígenas enfrentam uma extração acelerada de recursos, degradação ambiental e violações sistemáticas de seus direitos. Esses não são incidentes isolados, mas sintomas de uma falha estrutural mais profunda em reconhecer os Povos Indígenas como titulares de direitos, em vez de obstáculos ao desenvolvimento.

Apesar desses desafios, os Povos Indígenas são agentes de mudança. Estão articulando visões alternativas enraizadas em seus sistemas de conhecimento, em suas relações recíprocas com a natureza e na sustentabilidade. Sua liderança demonstra que as soluções climáticas devem abordar não apenas as emissões de carbono, mas também as estruturas coloniais que perpetuam tanto a destruição ambiental quanto a injustiça social.

Do nível local ao internacional, os Povos Indígenas buscam influenciar a agenda da transição energética. No âmbito comunitário, as iniciativas lideradas por jovens estão criando soluções com raízes culturais que curam tanto as pessoas quanto a terra. Nas negociações internacionais, os delegados indígenas exigem acesso direto ao financiamento climático, a implementação do Consentimento Livre, Prévio e Informado, e o reconhecimento de seus direitos territoriais como condições para a justiça climática. No entanto, persistem barreiras significativas, já que a participação indígena frequentemente se reduz a gestos simbólicos em vez de colaborações significativas.

Superar esses obstáculos estruturais requer uma transformação fundamental na forma como entendemos as causas das mudanças climáticas e concebemos e implementamos a ação climática. Por isso, esta edição explora caminhos para a descolonização da política climática, garantindo a liderança indígena nas estruturas de governança e reconhecendo os sistemas de conhecimento indígenas.

As vozes que ressoam ao longo desta edição especial são inequívocas: uma transição que sacrifica as terras indígenas, contamina águas sagradas e viola os direitos humanos não é nem justa nem sustentável. É a continuação da desigualdade sob uma nova agenda verde. Os Povos Indígenas nos lembram que a resposta à crise planetária exige não apenas novas tecnologias, mas novas relações com a Terra, entre nós e com aqueles cujos modos de vida protegeram a biodiversidade por milênios. Enquanto enfrentamos este momento crucial, as vozes, os conhecimentos e a liderança indígenas nos mostram o caminho a seguir.

Transição energética justa? Os impactos do lítio nas salinas andinas da Argentina, Bolívia e Chile

A extração acelerada de lítio nas altas salinas andinas afetou seriamente os direitos dos povos indígenas a um ambiente saudável e ao acesso à água. Ela prejudica particularmente atividades como a pecuária auquénídea (lhamas, guanacos e vicunhas) e o cultivo tradicional de quinoa e milho. Dada a centralidade que o lítio adquiriu globalmente para a transição energética e suas reservas nesta região, é essencial questionar se a transição está sendo justa para esses povos e suas comunidades. Tudo indica que não é bem assim e que são necessárias mudanças fundamentais.

■ **Por José Aylwin**

Diante da crise climática causada pelo uso intensivo de combustíveis fósseis e pelos processos poluentes de desenvolvimento industrial, os Estados se comprometeram a promover transições para o uso de energia renovável. Entretanto, a transição energética, acordada pelos Estados por meio de vários acordos internacionais, exige o uso intensivo de recursos naturais, como cobre, cobalto, níquel, manganês e lítio. Isso levou a uma expansão sem precedentes das áreas onde esses minerais são extraídos em territórios e ecossistemas intocados, muitos dos quais foram tradicionalmente ocupados por povos indígenas.

Nesse contexto, o lítio se tornou um recurso estratégico por ser um metal alcalino encontrado em rochas, águas marinhas e águas interiores, além de possuir propriedades propícias ao armazenamento de energia. Assim, tornou-se um

mineral essencial para a produção de baterias elétricas recarregáveis. Isso levou a um crescimento exponencial na demanda por lítio nos últimos anos, com um aumento estimado de 18 vezes até 2030 e de 60 vezes até 2050.

O chamado “triângulo do lítio” é composto por depósitos localizados nos desertos de sal andinos da Argentina, Bolívia e Chile (ABC), e ganhou importância global, pois representa 53% das reservas de lítio identificadas. Essa produção de salmouras existentes, combinada com a produção de lítio de rocha da Austrália, foi responsável por 75% da produção global em 2023. Argentina e Chile sozinhos foram responsáveis por um terço da produção total de lítio do mundo. Embora a produção na Bolívia ainda esteja em estágios iniciais, suas salinas contêm as maiores reservas do mundo.

O desenvolvimento do lítio nas altas salinas andinas

No Chile, a exploração do salar do Atacama começou na década de 1980 sob liderança estatal. No entanto, as empresas Sociedad Química y Minera de Chile (SQM) e Albemarle, que atualmente dominam o mercado, são controladas por conglomerados privados nacionais e estrangeiros dos Estados Unidos e da China. O Chile é atualmente o segundo maior produtor mundial de lítio, depois da Austrália, e vem promovendo uma Estratégia Nacional de Lítio desde 2023. Por sua vez, a estatal CODELCO, maior produtora mundial de cobre, fez uma parceria com a SQM para explorar lítio no Salar de Atacama e adquiriu um projeto no Salar de Maricunga, no território tradicional do povo Colla. Em 2024, o governo convocou investidores estrangeiros para explorar outras salinas e quase cinquenta empresas participaram.

Na Argentina, a mineração de lítio começou em 1997, quando a empresa americana FMC Corporation iniciou suas operações no Salar del Hombre Muerto, na província de Catamarca. Já no século XXI, novos projetos foram adicionados em Jujuy, Salta e Catamarca, especialmente os salares de Caucharí-Olaroz e Pastos Grandes. A Argentina é o quinto maior produtor mundial de lítio, com produção anual prevista para crescer 87,5% até 2024. Hoje, a pressão da indústria e da legislação provincial e federal, promovida pelo governo de Javier Milei, se estende aos potenciais depósitos na bacia de Salinas Grandes e na Laguna de Guayatayoc, o que aumenta o conflito social.

Na Bolívia, a exploração de lítio no salar de Uyuni começou na década de 1970 e, em 1980, o

governo concedeu uma licença à empresa norte-americana Lithium Corporation (Lithco), cuja presença durou pouco. Em 2008, o governo de Evo Morales promoveu uma política de controle estatal e estabeleceu um plano de industrialização: foram instaladas plantas piloto e assinados acordos com empresas estrangeiras. A produção de carbonato de lítio, que começou em 2013, ainda é limitada devido à falta de tecnologia, problemas de gestão e agitação social. Desde 2017, o desenvolvimento é liderado pela empresa pública Yacimientos de Litio Bolivianos (YLB), que convocou empresas estrangeiras a apresentarem propostas para Extração Direta de Lítio (DLE) em Uyuni e outras seis salinas. Por meio de processos sem nenhuma transparência, foram selecionadas a empresa russa Uranium One Group e a empresa chinesa Hong Kong CBC Investment Limited.

As altas salinas andinas do ABC constituem territórios de ocupação tradicional de vários povos indígenas. Durante 13.000 anos, esses povos desenvolveram uma cultura agropastoril adaptada a ecossistemas de altitude, entre 2.000 e 4.000 metros acima do nível do mar. Estima-se que ao seu redor vivam cerca de dez povos indígenas (como aimarás, quíchuas, lipeños, atacameños e colla), descendentes das culturas tiwanaku e incay, distribuídos em mais de 200 comunidades. Embora essas comunidades tenham se diversificado nas últimas décadas, incorporando mineração de pequena e grande escala (como cobre e lítio) e turismo, suas economias têm se centrado na pecuária (lhamas, guanacos e vicunhas) e na agricultura de culturas tradicionais, como quinoa e milho, atividades fundamentais para suas culturas e visões de mundo.





■ Comunidades indígenas de Purmamarca (Argentina) contra a reforma constitucional que facilita a exploração de lítio. Foto: José Aylwin

O impacto nos direitos humanos

Junto com a violação dos direitos de propriedade sobre suas terras e territórios tradicionalmente ocupados, que, por não serem reconhecidos nem titulados em favor das comunidades, são ocupados por empresas que exploram lítio, um dos direitos mais afetados é o direito à participação, consulta e consentimento. Exceto em casos excepcionais recentes no Chile e na Argentina, as operações de lítio não foram adequadamente consultadas de boa-fé e com a finalidade de chegar a um acordo ou consentimento com as comunidades que provavelmente serão diretamente afetadas, conforme exigido pela Convenção 169 da OIT.

Nos poucos casos em que as operações de lítio aprovadas pelos Estados foram consultadas, elas sofreram falhas processuais, com consultas limitadas a certos aspectos dos projetos com algumas comunidades. Em nenhuma des-

sas consultas, que envolvem planos de desenvolvimento ou investimentos de grande porte com maior impacto nos territórios indígenas, foi possível obter consentimento livre, prévio e informado. Conseqüentemente, o direito desses povos à autodeterminação, reconhecido pela Declaração das Nações Unidas e pela Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas, foi violado.

Além dos impactos sobre os direitos indígenas, há também impactos sobre o meio ambiente e a água. No Salar do Atacama, foi confirmada a contaminação pela extração de lítio por meio da extração de salmoura e sua decantação em lagoas de evaporação. Em 2024, a Universidade do Chile descobriu que o salar do Atacama está afundando a uma taxa de 1 a 2 centímetros por ano como resultado da extração de salmoura. O mesmo estudo mostrou que os níveis de água subterrânea do salar caíram mais de 10 metros nos últimos 15 anos. Isso levou a uma perda

significativa de cobertura vegetal em áreas agrícolas e de pastagem, além da perda de lagoas.

No Salar del Hombre Muerto (Argentina), impactos semelhantes na água também foram documentados por empresas que operam há décadas com a mesma metodologia intensiva do Chile. Esses impactos ambientais e sociais raramente foram compensados. Menos ainda foram compartilhados os enormes lucros que as empresas obtêm como resultado da exploração do lítio. No Chile, a SQM relatou receitas de US\$ 7,5 bilhões em 2023 e US\$ 4,5 bilhões em 2024.

A injustiça da transição energética

Até o momento, a única compensação pela destruição de territórios indígenas ocorreu no Chile: em 2016, foi firmado um acordo entre a Rockwood Lithium (Albemarle) e o povo Lickanantay para incluí-los no processo de repartição de benefícios da mineração de lítio. Da mesma forma, em 2018, a Corporación Chilena de Desenvolvimento Produtivo (CORFO) assinou um acordo com a Sociedad Chilena de Química e Mineración. Embora a agência estatal tenha autorizado a empresa a estender suas operações no salar do Atacama até 2030, a SQM se comprometeu a contribuir anualmente com as comunidades do Atacama. Como as comunidades não foram consultadas, o acordo foi contestado pelo Conselho dos Povos Atacameños.

Até o momento, o desenvolvimento do lítio na Argentina, Bolívia e Chile impactou seriamente os direitos dos povos indígenas que vivem nas altas planícies de sal dos Andes, bem como os

direitos da natureza e da água. Dada a centralidade que o lítio adquiriu globalmente para a transição energética e a importância que o lítio das salinas andinas adquiriu nos últimos anos, é essencial perguntar se essa transição está sendo justa para as pessoas que habitam as salinas andinas. Tudo indica que não é bem assim e que são necessárias mudanças fundamentais para que a transição energética tenha esse caráter.

Conforme observado no relatório do Indigenous Peoples' Rights International (IPRI) e no relatório do Business & Human Rights Resource Centre (BHRRC) sobre Povos Indígenas e a Transição Justa, para que a transição energética seja verdadeiramente justa, tanto os Estados quanto as empresas devem garantir que os direitos dos Povos Indígenas sejam respeitados, incluindo o direito ao consentimento, à repartição de benefícios e à compensação pelos danos causados. Especialmente quando seus territórios são impactados por projetos de extração e processamento de recursos naturais. Ainda há um longo caminho a percorrer para garantir que o desenvolvimento de lítio nas salinas andinas do ABC faça parte da "transição energética justa" que governos e empresas se orgulham de promover.

Este artigo relata o andamento da pesquisa do projeto "Impactos do desenvolvimento da indústria do lítio em territórios indígenas da Argentina, Bolívia e Chile" (nº 110326-001), que o Observatório Cidadão está desenvolvendo em conjunto com o CELS da Argentina e o CIDES UMSA da Bolívia, com o apoio do IDRC do Canadá.

■ José Aylwin é advogado do Observatório Cidadão e membro da Plataforma Chilena da Sociedade Civil sobre Direitos Humanos e Empresas.

Do níquel ao lítio: Nornickel, direitos indígenas e o dilema da economia verde no Ártico

À medida que o mundo migra para veículos elétricos e energia renovável, a demanda por lítio disparou. Como o Ártico é rico em reservas inexploradas de lítio, seus povos indígenas estão no centro dessa corrida pelo “ouro branco”. Nesse contexto, a gigante russa Nornickel apresenta uma dupla identidade: uma autoproclamada defensora do futuro da energia verde da Rússia, ao mesmo tempo em que é notoriamente responsável pela destruição ambiental e pela violação dos direitos dos moradores do Ártico. Considerando os custos enfrentados pelas comunidades e a fragilidade dos ecossistemas, é hora de questionar as narrativas de sustentabilidade que esgotam os recursos naturais.

■ Por Debates Indígenas

O Ártico é uma região de beleza impressionante e extrema vulnerabilidade, no entanto, mais uma vez se tornou um campo de batalha para a extração de recursos. Entre esses recursos, destaca-se o lítio, um mineral vital para baterias de veículos elétricos e armazenamento de energia renovável, o que tornou a região um ator-chave na economia verde global. No entanto, o surgimento da “fronteira do lítio” no Ártico representa um dilema crítico: promover soluções climáticas e, ao mesmo tempo, colocar em risco um dos ecossistemas mais frágeis do planeta por meio da degradação ambiental e da perturbação social.

No centro dessa tensão está a Polar Lithium, uma joint venture entre a Nornickel e a estatal russa Rosatom, responsável pelo desenvolvimento de Kolmozerskoye, o maior depósito de lítio do país, localizado na região de Murmansk,

na fronteira com a Finlândia. Embora o projeto prometa fortalecer a posição estratégica da Rússia no mercado global de lítio, ele também levanta preocupações significativas para o povo Sami, cujos territórios ancestrais são diretamente afetados.

O papel do lítio na economia global e a nova abordagem da Rússia

O lítio é frequentemente chamado de “ouro branco” ou “novo petróleo” da revolução renovável e está transformando os mercados globais. A produção de baterias atualmente representa 74% da demanda global por esse metal e deve crescer drasticamente à medida que aumenta a adoção de veículos elétricos e sistemas de armazenamento de energia renovável. Até 2030, espera-se que a demanda por lítio aumente 18 vezes em comparação a 2021, e um aumento

impressionante de 60 vezes está projetado até 2050. Vale ressaltar que 80% dos depósitos globais de lítio estão localizados em terras de importância histórica para os povos indígenas.

Reconhecendo que a crescente demanda por matérias-primas pode remodelar o poder geopolítico, a Rússia priorizou o desenvolvimento de sua capacidade interna para reduzir sua dependência de importações. Além de possuir grandes reservas do mineral, que representam 10% do total mundial, o país assumiu o controle de duas das quatro jazidas da Ucrânia após a invasão de 2022. Depósitos anteriormente abandonados por falta de viabilidade agora são considerados essenciais para o fortalecimento da cadeia de suprimentos nacional. A Rússia está, portanto, promovendo projetos de mineração de lítio nos depósitos de Zavitsinskoye, Polmos-

tundrovskoye, Kovyktinskoye, Yaraktsinskoye e Kolmozerskoye, com planos de desenvolvimento acelerado entre 2023 e 2030 para atender à crescente demanda interna.

Em fevereiro de 2023, a Polar Lithium recebeu direitos exclusivos para minerar Kolmozerskoye. Este projeto está localizado na região de Murmansk e faz parte dos planos geopolíticos da Rússia para reduzir sua dependência de componentes importados de lítio e baterias. Espera-se que o depósito produza 45.000 toneladas por ano de carbonato e hidróxido de lítio, matérias-primas essenciais para a fabricação de baterias. Adjudicado através de um leilão pela Agência Federal Russa de Gestão de Recursos Subterrâneos, o projeto tem uma licença de uso de 20 anos com um investimento inicial de US\$ 19 milhões.



■ Rússia avança na exploração de lítio em Murmansk. Foto: Konstantin Mednikov



Durante 2023 e 2024, a Polar Lithium concluiu uma extensa perfuração exploratória na região: um total de 184 poços, totalizando mais de 40 quilômetros. Este plano ambicioso indica uma possível mudança estratégica da Nornickel da mineração de níquel para a mineração de lítio. A Rosatom também está construindo uma fábrica em Kaliningrado que produzirá baterias para 50.000 veículos elétricos por ano a partir de 2025. Além disso, uma segunda usina está planejada, embora sua localização ainda não tenha sido revelada.

A ameaça de Nornickel às comunidades do Ártico

A Nornickel é a maior produtora mundial de níquel, paládio e platina, e a maior empresa de mineração e metalurgia da Rússia. Impulsionada pelas tendências do mercado global e pelas

pressões geopolíticas, essa gigante da mineração (que tem um histórico controverso de danos ambientais e sociais) rapidamente se posicionou como uma empresa-chave na mineração global e na extração de lítio no Ártico.

Embora sua infraestrutura existente e domínio na mineração no Ártico lhe deem uma vantagem, o histórico da Nornickel é preocupante. Incidentes como o derramamento catastrófico de diesel em Norilsk em 2020 são evidências de sua negligência ambiental. A empresa também emitiu metais pesados na atmosfera e despejou águas residuais químicas em rios próximos. Esse contexto levanta questões sobre se sua incursão na energia verde é realmente um passo em direção à sustentabilidade ou simplesmente uma nova fase de exploração de recursos com o único objetivo de aumentar os lucros.



■ Planta de mineração e enriquecimento de Býstrinski, parte do Grupo Nornickel. Foto: ViProzherina

Embora o projeto prometa benefícios econômicos e estratégicos significativos, ele também representa sérios riscos aos ecossistemas do Ártico e às comunidades indígenas que tradicionalmente habitam a região. A construção de infraestrutura e instalações que permitem a extração de recursos representa uma ameaça crescente às comunidades indígenas nômades, pois reduz significativamente suas áreas de caça, pesca e criação de renas. Embora a Nornickel tenha adotado princípios ambientais, sociais e de governança, seus investimentos em redução de emissões foram criticados por serem superficiais e por não abordarem danos ambientais sistêmicos. Neste contexto, a Kolmozerskoye corre o risco de perpetuar ciclos de injustiça social.

A mineração de lítio também representa uma nova forma de dano ambiental e ameaça ecossistemas já afetados pelas mudanças climáticas e pela atividade industrial. De fato, a técnica de extração planejada será a mineração a céu aberto, que é uma das mais destrutivas. Este método envolve a remoção em massa de vegetação, solo e rochas, o que polui o ar e as fontes de água e causa uma perda significativa de biodiversidade. Além disso, essas operações podem acelerar a degradação do permafrost (solo congelado) e liberar gases de efeito estufa presos. Juntas, essas operações desestabilizariam ainda mais o clima.

Direitos indígenas e a ilusão do consentimento

Os meios de subsistência das comunidades indígenas do Ártico dependem da criação de renas, da pesca e da caça, e elas são particularmente vulneráveis. De fato, a mineração de lítio já deslocou comunidades e erodiu práticas culturais

vinculadas à terra. A região de Kolmozero, que antigamente abrigava acampamentos de pastoreio e uma estação meteorológica vital para os povos Sami e Komi, foi profundamente afetada: quando a extração de minerais foi anunciada, as comunidades foram forçadas a abandonar suas terras ancestrais. A cooperativa Tundra, que tem 20.000 renas, corre risco de colapso devido à destruição do habitat e à poluição.

A desconfiança persistente em projetos industriais é agravada pelo envolvimento superficial de comunidades indígenas. As decisões sobre a indústria extrativa são frequentemente tomadas a portas fechadas, sem qualquer consulta real sobre as necessidades ou interesses das comunidades afetadas. Embora a Nornickel afirme promover um “mundo mais limpo” e envolver os povos indígenas, os moradores Sami denunciaram a superficialidade do processo: apenas 50 Sami foram consultados, apesar de a região abrigar cerca de 2.500 pessoas.

Embora a Nornickel afirme respeitar o princípio do Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI), na prática, as comunidades muitas vezes ficam sem opções. Em vez de estabelecer um diálogo genuíno, a Nornickel apresenta “acordos preferenciais”, que efetivamente pressionam as comunidades a se realocarem. Pior ainda, as estruturas de governança existentes, incluindo leis russas e estruturas internacionais como o Conselho do Ártico, não conseguiram proteger os direitos indígenas e deixaram as comunidades vulneráveis à exploração e ao deslocamento. Ao evitar uma consulta genuína, as operações da Nornickel reforçam essa lacuna.

Nem é preciso dizer que essas práticas que simulam consentimento minam a soberania indígena e perpetuam a injustiça sistêmica.



Aproveitando a vulnerabilidade econômica das comunidades, as empresas oferecem pequenos incentivos enquanto simulam consentimento para legitimar suas atividades. O resultado é uma transação profundamente desigual que deixa as comunidades indígenas com promessas não cumpridas e o fardo da exploração. Nas mãos de empresas como a Nornickel, o Consentimento Livre, Prévio e Informado se torna um mecanismo que esconde a coerção subjacente e a erosão sistemática dos direitos e da autonomia indígenas.

Chaves para uma transição que respeite os direitos indígenas

A abordagem da Transição Justa enfatiza a equidade e a inclusão das populações mais desfavorecidas no caminho para uma economia verde. No Ártico, essa abordagem deve garantir que as comunidades indígenas, os ecossistemas e as

partes interessadas locais sejam priorizadas em vez de marginalizadas, e deve incluir:

Governança participativa: os povos indígenas, incluindo os Sami, devem estar ativamente envolvidos em todos os níveis de tomada de decisão em projetos extrativos. Isso requer mecanismos formais de consulta e consentimento com poder de veto sobre projetos que afetam suas terras.

Mecanismos de repartição de benefícios: as receitas geradas pela extração de lítio devem ser distribuídas equitativamente com as comunidades. Isso pode ser alcançado por meio de pagamentos de royalties, investimentos em infraestrutura local e financiamento para programas de preservação cultural. Parte dos lucros de projetos como Kolmozerskoye deve ser destinada a iniciativas comunitárias em energia renovável, educação e saúde, com o objetivo de capacitar os povos indígenas a construir seu próprio futuro sustentável.



■ O complexo subterrâneo de Oktyabrsky é uma das cinco maiores minas de níquel da Rússia e está localizado no Território de Krasnoyarsk. Em 2023, produziu quase 36.000 toneladas de níquel. Foto: Shishaev Kirill

Proteção legal dos direitos indígenas: as estruturas legais que designam zonas proibidas para atividades industriais em áreas cultural ou ecologicamente significativas devem ser fortalecidas.

Gestão ambiental: as operações de mineração devem obedecer a regulamentações ambientais rigorosas, auditorias independentes obrigatórias e monitoramento em tempo real dos impactos ecológicos.

Rumo a uma transição justa

À medida que as nações buscam atingir suas metas climáticas, os riscos aos ecossistemas e às pessoas do Ártico nunca foram tão altos. A região é vista como um local importante para projetos de energia verde, como parques eólicos, energia solar e energia hidrelétrica. As comunidades indígenas estão mais uma vez presas no meio das guerras verdes.

Nesse contexto, a Nornickel se apresenta como líder das ambições de energia verde da Rússia, mas carrega um legado de destruição ambiental e violações dos direitos indígenas. O projeto Kolmozerskoye ressalta a necessidade de um diálogo global sobre a ética da extração de recursos no Ártico. As principais questões permanecem: as vozes dos povos indígenas do Ártico serão ouvidas na discussão sobre o futuro de seus territórios ou a energia verde será alcançada às

custas de seus ecossistemas? Essas questões são relevantes dadas as pressões econômicas e geopolíticas que impulsionam a extração, incluindo o envolvimento de corporações apoiadas pelo Estado.

Assim como acontece com outros megaprojetos extrativos intensivos, o desenvolvimento de projetos verdes tem o potencial de gerar conflitos com as comunidades locais. Assim, pode reproduzir processos históricos de desapropriação e colonialismo e minar décadas de progresso duramente conquistado. A fronteira do lítio no Ártico reflete as contradições de uma economia verde dependente de práticas intensivas em recursos e incorpora o paradoxo da sustentabilidade: os recursos necessários para construir um futuro sustentável podem contribuir para a destruição do planeta. O desenvolvimento sustentável exige mais do que inovação tecnológica: exige equidade, responsabilidade e respeito ecológico. Sem essas medidas, a busca pelo “ouro branco” pode deixar como legado a devastação em vez do progresso.



O custo invisível de uma “transição justa”: direitos indígenas e energias renováveis no Nepal

O conceito de transição justa é central para o discurso global sobre mudanças climáticas, justiça ambiental e desenvolvimento sustentável. O termo promete garantir que nenhuma pessoa, trabalhador, região ou setor seja deixado para trás na transição de uma economia de alto carbono para uma de baixo carbono. Para os povos indígenas, uma “transição justa” não significa apenas mudar para energia renovável: significa reconhecer seus direitos, soberania e autoridade sobre terras, águas e recursos ancestrais. Os povos indígenas veem a Terra como sagrada, não como um recurso a ser explorado. Essa perspectiva é completamente negada nos ambiciosos planos hidrelétricos do Nepal.

■ **Por Durga Mani Rai**

O Nepal é um pequeno país do Himalaia com uma área total de 147.181 quilômetros quadrados, localizado entre a China e a Índia. Conhecido como o “Terceiro Pólo” e a “Torre de Água Doce da Ásia”, abriga mais de 6.000 rios e tem um potencial hidrelétrico teórico estimado de 83.000 megawatts (MW). Assim, o Nepal está entre os países mais ricos do mundo em recursos hídricos e considera a energia hidrelétrica uma área fundamental para sua transformação econômica. O governo priorizou o desenvolvimento hidrelétrico não apenas como parte da transição energética e da mitigação das mudanças climáticas, mas também como um caminho para a prosperidade econômica.

De acordo com o relatório do Censo Populacional de 2021, os povos indígenas, também conhecidos como Adivasi Janajati, representam 35,08% da população total do Nepal, de 29.164.578 ha-

bitantes. No entanto, especialistas, acadêmicos e organizações indígenas afirmam que sua população ultrapassa 50%. Há também 60 aldeias oficialmente reconhecidas, enquanto o censo de 2021 identificou 19 aldeias adicionais que ainda não foram reconhecidas pelo Estado.

Os povos indígenas do Nepal sofreram séculos de discriminação sistemática, colonização, racismo, exclusão e marginalização nas esferas social, cultural, política e econômica. Nos últimos 250 anos, eles foram severamente prejudicados pelos esforços de modernização: construção do Estado, nacionalização de terras e recursos, assimilação cultural, reorganização territorial, centralização de poder, desenvolvimento de infraestrutura, trabalho forçado e a mudança do feudalismo para o capitalismo. A sociedade nepalesa continua altamente estratificada, com um sistema de castas hindu imposto

pelo Estado que favorece as castas superiores Bahun e Chhetri, que ocupam posições-chave nas estruturas estatais. Quase metade da população pertencente a 90% dos povos indígenas vive em extrema pobreza.

Compromissos legais versus ameaças

A Política Nacional de Mudanças Climáticas do Nepal, promulgada em 2019, visa reduzir as vulnerabilidades das comunidades indígenas, fortalecer a resiliência dos ecossistemas e mobilizar equitativamente os recursos financeiros internacionais para contribuir para a prosperidade socioeconômica da nação, construindo uma sociedade resiliente ao clima. Da mesma forma, sua Estratégia de Longo Prazo para Emissões Líquidas Zero de 2021 visa atingir emissões líquidas zero de gases de efeito estufa até 2045.

Durante a 28ª Conferência das Partes (COP28) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, realizada em 2023 em Dubai, o Nepal se comprometeu a atingir emissões líquidas zero e utilizar totalmente o potencial hidrelétrico para garantir energia limpa. O plano de transição energética delineado na Segunda Contribuição Determinada a Nível Nacional de 2020 visa gerar 15.000 MW de energia limpa até 2030. No entanto, ele busca gerar apenas 5.000 MW usando recursos nacionais.

O Nepal ratificou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP) em 2007. A Constituição de 2015 também se compromete a implementar tratados internacionais e garantir os direitos dos povos indígenas a uma vida digna, identidade e participação nos processos

de tomada de decisão. Em 2023, a Suprema Corte ordenou que o governo implementasse a Convenção 169, a UNDRIP, os Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos e a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento em projetos de desenvolvimento. Contudo, não houve mudanças significativas na prática.

O Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial expressou preocupação com a ausência de leis que garantam os direitos dos povos indígenas de possuir, usar e desenvolver suas terras e recursos tradicionais, dada sua exclusão sistêmica. Em resposta, eles defendem sua autodeterminação diante das ameaças representadas pelos projetos de energia limpa: despejos forçados, militarização e danos ambientais. Além disso, eles colocam em risco sua identidade cultural, espiritualidade e meios de subsistência. Apesar de tudo isso, o governo e as corporações continuam a impulsionar esses projetos em nome do desenvolvimento e da descarbonização econômica.

Estudos de caso: o custo humano dos projetos energéticos

Atualmente, há 81 empreendimentos hidrelétricos em operação, 180 em construção e 311 em fase de estudos para licenciamento. O Estado, entidades privadas, instituições públicas e organismos financeiros internacionais estão investindo nesses projetos, ao mesmo tempo em que reforçam seu compromisso de atuar como bancos climáticos. Embora quase todos os projetos estejam localizados em territórios indígenas, o Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) das comunidades afetadas têm sido sistemati-



camente ignorado. Consequentemente, a busca por projetos de energia renovável está revelando o lado sombrio dessa transição: os povos indígenas são afetados desproporcionalmente.

1. Linha de transmissão Bharatpur-Bardaghat

A linha de transmissão de energia Bharatpur-Bardaghat de 220 quilowatts, financiada pelo Banco Mundial, faz parte do Projeto de Transmissão e Comercialização de Eletricidade Nepal-Índia. Implementado pela Nepal Electricity Authority, uma empresa estatal, o projeto causou impactos negativos significativos nas comunidades indígenas e locais: danos a casas, escolas, locais culturais, terras agrícolas e ao meio ambiente, bem como riscos à saúde e à segurança. Por esse motivo, em 18 de outubro de 2021, as comunidades afetadas apresentaram uma queixa ao Painel de Inspeção do Banco Mundial.

No ano seguinte, o Conselho do Banco Mundial aprovou uma investigação sobre o projeto. As partes envolvidas concordaram em resolver a disputa por meio de um processo de conciliação, e o Acordo de Resolução de Disputas foi assinado em 11 de abril de 2023. No entanto, nove signatários desistiram do processo, e aqueles insatisfeitos com a resolução entraram com uma ação judicial contra o projeto na Suprema Corte, apoiada pela Associação de Advogados pelos Direitos Humanos dos Povos Indígenas do Nepal (LAHURNIP). O caso ainda está pendente.

2. Linha de Transmissão do Corredor Marshyangdi

A proposta de linha de transmissão de 220 kV

do Corredor Marshyangdi no Distrito de Lamjung levantou preocupações significativas em relação aos direitos indígenas. O Banco Europeu de Investimento forneceu € 95 milhões em financiamento, o maior investimento no setor hidrelétrico do Nepal. O projeto violou o direito ao CLPI, o que viola as próprias cláusulas sociais e ambientais do banco e seu contrato financeiro com a Autoridade Elétrica do país. Em 2018, as comunidades afetadas registraram uma queixa na secretaria de prestação de contas da instituição, que emitiu um relatório de investigação que identificou graves violações de direitos humanos e recomendou medidas corretivas, incluindo a paralisação do projeto até que as violações fossem corrigidas.

Embora o banco tenha suspenso novos pagamentos, as comunidades afetadas continuam exigindo a implementação das recomendações do relatório. Apesar disso, a Autoridade Elétrica do Nepal e o banco estão avançando com o projeto, apoiados pelas forças de segurança. O apoio jurídico e estratégico às comunidades está sendo fornecido pela LAHURNIP e pela Accountability Counsel, uma organização sediada nos EUA que exige que os bancos de desenvolvimento respeitem suas políticas sociais, ambientais e de direitos humanos.

3. Linha de transmissão Tamakoshi-Katmandu

No município de Shankharapur, as comunidades de Tamang vêm protestando há cinco anos contra a linha de transmissão e subestação Tamakoshi-Katmandu de 200/400 quilowatts, financiada pelo Banco Asiático de Desenvolvimento. A subestação está sendo construída

em uma área densamente povoada, enquanto a linha de transmissão passa por casas, terras e locais sagrados. Em janeiro de 2023, a Autoridade de Eletricidade do Nepal enviou forças de segurança para iniciar o trabalho de inspeção, provocando protestos e a prisão de 10 líderes comunitários, incluindo mulheres e um jovem. Até agora, as demandas por Consulta Livre, Pré-via e Informada foram ignoradas.

O governo também estabeleceu um acampamento da Polícia Armada para intimidar a comunidade, prender seus membros e criminalizar a resistência, aumentando ainda mais as tensões. O uso de forças de segurança para reprimir protestos indígenas se tornou um padrão preocupante. Em 16 de janeiro de 2025, 18 manifestantes foram brutalmente espancados e presos. Seis deles foram detidos por nove dias e forçados a assinar acordos para cessar os protestos. Em 4 de fevereiro, a LAHURNIP apresentou uma queixa formal ao mecanismo de reclamações do Banco Asiático de Desenvolvimento.

Um apelo por uma transição verdadeiramente justa

A transição do Nepal para a energia renovável não deve ocorrer às custas dos direitos dos povos indígenas. Uma transição justa não se trata apenas de reduzir as emissões de carbono: ela deve priorizar os direitos, a dignidade e a auto-

determinação dos povos indígenas, que protegem a Terra há séculos e continuarão a fazê-lo para o bem-estar das gerações futuras.

Os casos de Nawalparasi, Lamjung e Shankharapur são apenas alguns exemplos de como essa transição está afetando negativamente os povos indígenas do Nepal. É obrigação do Estado implementar a Convenção nº 169 da OIT, a UNDRIP e ordens judiciais para garantir que a transição seja verdadeiramente justa para os povos indígenas. É fundamental que formuladores de políticas, desenvolvedores e instituições financeiras internacionais respeitem a autodeterminação e a soberania dos povos indígenas.

A transição energética do Nepal se tornará um modelo de justiça ambiental ou o crescimento econômico continuará a ser priorizado em detrimento dos direitos indígenas? A resposta depende se os atores responsáveis estão dispostos a ouvir as vozes daqueles que mais têm a perder nessa transição.

■ *Durga Mani Rai (YAMPHU) é uma advogada indígena, defensora dos direitos humanos e membro da Associação de Advogados pelos Direitos Humanos dos Povos Indígenas do Nepal (LAHURNIP).*

Mî nawâchihiwewi-ne-wîkiwan/Curando nosso lar: construções da terra

As palavras mî nawâchihiwewi-ne-wîkiwan vão muito além do título de um projeto de energia limpa. Elas estão profundamente conectados aos costumes do povo Moose Cree. Isso significa que há vida nessas palavras, vida que se estende aos lares energeticamente eficientes que estão sendo projetadas e construídas por meio desse trabalho. É uma forma de criar a partir da própria terra, com uma abordagem relacional baseada em ensinamentos indígenas que se afasta das práticas convencionais nos setores de energia limpa, eficiência energética e habitação.

■ **Por Bohdana Chiupka-Innes, Freddie Huppé Campbell, Mackenzie Roop e Paulina Larreategui**

A Primeira Nação Moose Cree, localizada em James Bay, Canadá, entende o mundo como uma rede de relações com a Mãe Terra e os seres que a habitam: tudo está interligado para alcançar harmonia e equilíbrio. Este é o modo de vida Cree, conhecido como ililiwi-pimâtisîwin. Entretanto, devido à colonização, os lares não refletem mais o modo de vida do povo Moose Cree, que habita seu território ancestral há milhares de anos sob essa reciprocidade.

Bohdana Chiupka-Innes é uma mulher Moose Cree e uma das poucas arquitetas indígenas atuantes no que hoje é conhecido como Canadá. Bohdana lidera o projeto mî nawâchihiwewi-ne-wîkiwan, cujo objetivo é trazer os ililiwi-pimâtisîwin de volta às moradias comunitárias. O trabalho preliminar de Bohdana foi apoiado pelo ImaGENation da Indigenous Clean Energy, um programa de capacitação para jovens indígenas que exploram projetos de energia limpa e eficiência energética em suas co-

munidades. Este trabalho formou a base de sua dissertação de mestrado em arquitetura na Laurentian University.

A Moose Cree First Nation Housing Authority, a JL Richards & Associates Limited (JLR), a Bohdana e a Nação estão colaborando para criar o Protótipo de Moradia MCFN. Este primeiro protótipo foi projetado para refletir a estrutura tradicional das tendas de cozinha Moose Cree, ao mesmo tempo em que atende aos padrões nacionais de Energia Líquida Zero. Atualmente, ele está passando por estudos de viabilidade, padrões de modularização e avaliações de escalabilidade.

História do povo Moose Cree

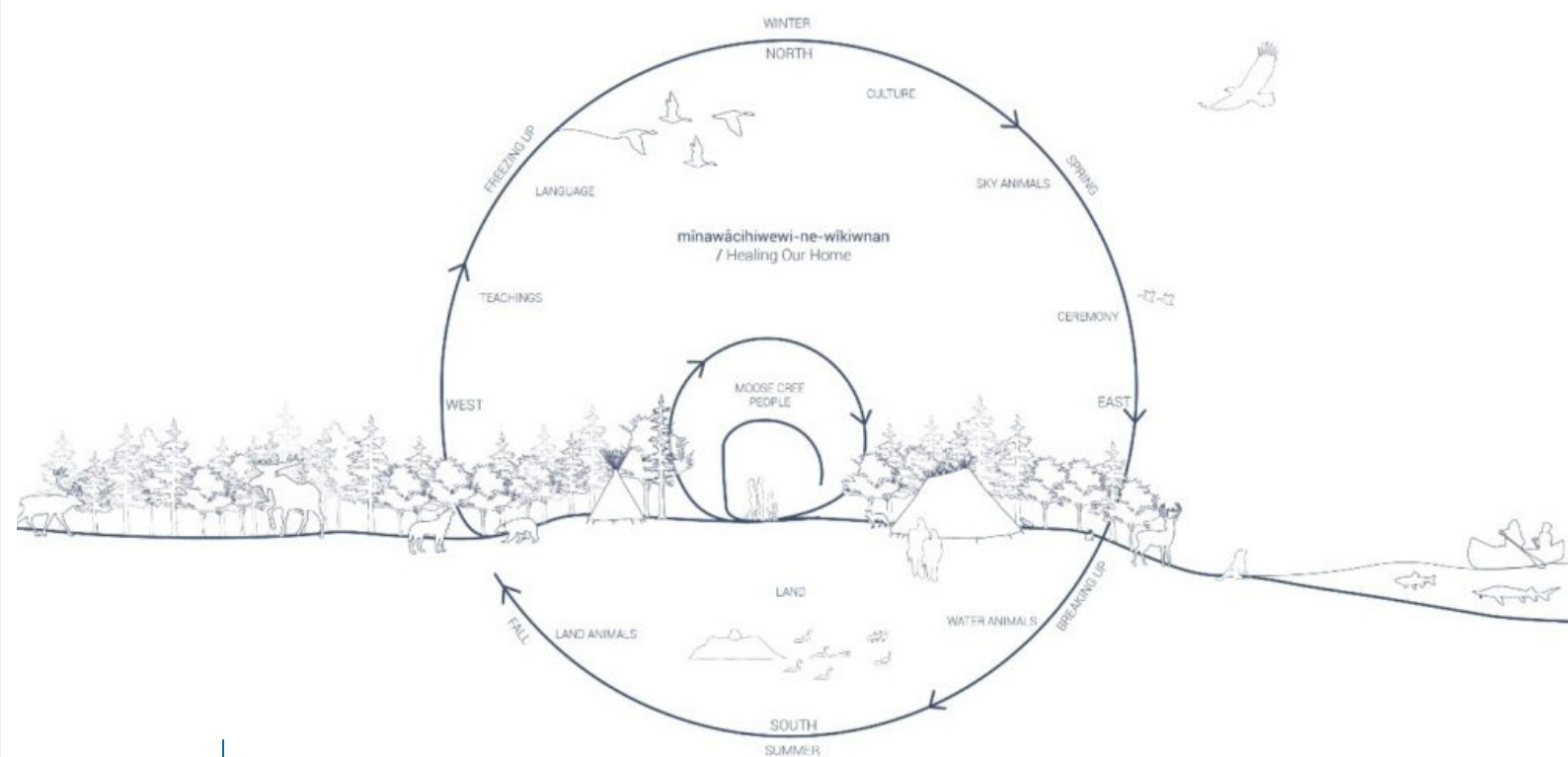
Tradicionalmente, a Moose Factory Island é um ponto de encontro para famílias durante os meses de verão. Entretanto, o processo de colonização do Canadá e o desenvolvimento do comércio internacional afetaram essa relação

com o território. Em 1673, um evento importante ocorreu: as relações comerciais entre o povo Moose Cree e os colonos britânicos motivaram a Hudson's Bay Company a estabelecer seu segundo posto comercial em Moose Factory. Pela primeira vez, as terras, as águas e os animais que faziam parte das economias tradicionais foram submetidos às demandas do capitalismo europeu.

Para permitir essa invasão, foram estabelecidas práticas legais que impuseram controle sobre terras e recursos que antes eram governados por povos indígenas. Com o tempo, a Coroa dominou as leis sociais, de propriedade e de terras ao promulgar a Lei dos Índios em 1876, a única legislação no Canadá que definia os direitos e liberdades de uma única nação, incluindo os di-

reitos de propriedade. A partir de então, nações inteiras foram confinadas a estruturas de controle administrativo, econômico e social.

Apesar das escolas residenciais e do controle forçado de recursos antes da assinatura do Tratado 9 em 1905, o povo Moose Cree permaneceu conectado às suas terras. O tratado resultou na criação de duas reservas para os Moose Cree pelo governo canadense. De um lado, a Factory Island 1 (299 hectares), localizada na Moose Factory Island, onde os parentes de Innes vivem hoje. Por outro lado, a Moose Factory 68 (17.094 hectares), ainda não desenvolvida, localizada a leste do Rio Moose, 15 quilômetros ao sul da Ilha Moose Factory.



■ Para o povo Moose Cree, terra e cultura estão profundamente interligadas: elas não podem ser entendidas separadamente. Foto: Bohdana Chiupka Innes



O colapso do modo de vida Moose Cree

A perda da autogovernança forçou as populações indígenas a viver em moradias inadequadas em reservas pequenas, muitas vezes mal localizadas, que não refletiam os costumes tradicionais de seu povo. A designação unilateral de territórios e terras públicas pela Coroa Britânica legalizou ativamente a desapropriação de suas terras produtivas e restringiu suas atividades tradicionais.

Essa nova situação alterou os limites de suas práticas agrícolas e modos de vida, afetando para sempre a qualidade de vida e o abrigo que os saberes e costumes comunitários costumavam garantir. Como parte desse processo, os ensinamentos tradicionais e os fundamentos espirituais da governança indígena foram perdidos, e o modo de vida Moose Cree foi destruído. Nesse contexto, o trauma intergeracional levou as famílias a se tornarem cada vez mais dependentes do governo canadense e do modo de vida colonial.

Consequentemente, os modelos de moradia e infraestrutura impostos pelo governo resultaram em projetos ambientais precários, agravados pelo investimento limitado em materiais de qualidade e pela exclusão de aspectos culturais e sociais, como a convivência intergeracional na Primeira Nação Moose Cree.

Os efeitos da colonização persistem até hoje. Ter uma casa que reflita os modos de vida e os valores tradicionais é essencial para garantir que a infraestrutura atenda às necessidades reais e seja projetada em relação ao meio ambiente. É isso que permite uma vida verdadeiramente sustentável.

Inovação e soluções comunitárias

Bohdana pesquisou e projetou um protótipo de habitação com emissão zero e um plano de desenvolvimento habitacional que responde e se baseia nas descobertas de um processo anterior de engajamento comunitário sobre valores, interesses e objetivos de longo prazo. Esse processo envolveu a comunidade em todas as etapas e incluiu participação em todos os níveis, desde jovens até cuidadores e idosos, bem como orientação de um conselho consultivo informado. O cronograma de participação abrangeu festividades, reuniões, discussões e atividades de governança comunitária.

Bohdana adotou uma abordagem liderada pela comunidade, entendendo a terra e a história do povo. Dessa forma, o design residencial se concentra em soluções enraizadas na comunidade que refletem valores culturais e modos de vida tradicionais. Esse processo de feedback continua à medida que o projeto avança por meio de estudos de viabilidade, produção modular e desenvolvimento de escalabilidade.

O Plano Comunitário Abrangente (PCC) da Primeira Nação Moose Cree, criado em 2018, é um documento vivo que descreve a visão e a estratégia futuras da nação. O PCC envolveu mais de 1.000 membros da comunidade por meio de 57 eventos. O projeto de Bohdana Innes, "mî-nawâchihewi-ne-wîkiwan/Curando Nosso Lar: Construções da Terra" incorpora e se conecta com o PCC de sua nação:

- **Okimawiwin (educação):** O protótipo apresenta uma tenda de cozinha para compartilhar ensinamentos tradicionais sobre soberania alimentar e criar um espaço para educação intergeracional.

- **Milopimatisiwin (saúde):** A tenda da cozinha fornece nutrição à família e à comunidade. Além disso, o design se adapta ao ambiente e contribui para uma vida mais saudável e segura.

- **Uski nesta ka itakwaki uskeek (terra e recursos):** é proposto um projeto que protege a Terra por meio de atividades que ensinam a colheita tradicional.

- **Waakoomitowin (social):** espaços adequados para reuniões tradicionais e salas espaçosas para famílias grandes que buscam cura e conexão.

- **Eshikeeshowaywin nesta atuskanaysiwin (Língua e Cultura):** Como a língua e a cultura permitem manter uma conexão com os ancestrais, o projeto cria oportunidades para programas de ensino cultural e linguístico, além de integrar a língua ao design.

- **Habitação e infraestrutura:** o protótipo de projeto de habitação incorpora a Terra e, acima de tudo, o modo de vida Cree.

Padrões de Emissão Zero: Protótipo de Habitação Comunitária Moose Cree

O protótipo da casa estabelecerá um novo padrão de construção na comunidade de Mushkegowuk. Este projeto foi criado para testar soluções de construção aprimoradas e ambientalmente responsáveis e inclui espaços para encontros sociais, como a tradicional tenda de cozinha e a garagem para atividades de colheita. As casas são adaptadas a diferentes tamanhos de famílias, com uma abordagem modular e multigeracional. Por exemplo, casas maiores incluem quartos para idosos, permitindo que eles vivam perto de suas famílias e mantenham sua independência em condições extremas de inverno.



Foto: Bohdana Chiupka-Innes



O design inclui três tamanhos diferentes. A primeira é uma casa básica de dois quartos para casais, solteiros ou famílias pequenas, que pode ser expandida conforme a família cresce. A segunda é uma unidade de três quartos, uma extensão do núcleo original com um cômodo adicional. Por fim, a terceira é uma unidade de quatro quartos, sendo um quarto para um idoso. Esta unidade é composta por dois espaços separados conectados por um terraço e um telhado. Todos os três layouts podem ser adaptados para atender às necessidades da família e incluem uma oficina destinada para a caça e coleta.

O design combina uma estética natural com eficiência energética, estabelece uma conexão com o ambiente natural e incorpora soluções que respondem às flutuações térmicas e aos padrões climáticos característicos do norte. São utilizados materiais provenientes da terra e métodos de construção tradicionais, permitindo o desenvolvimento de habilidades e o uso de recursos renováveis e locais. Esta casa incorpora o estilo de vida Moose Cree por meio de sua conexão com a terra e todas as criações da Mãe Terra. Ao recuperar sua cultura e projetar em harmonia com a terra, eles não estão apenas curando famílias, mas também comunidades e a própria terra.

O protótipo da casa será projetado para atender aos padrões de energia líquida zero, usando estratégias passivas para reduzir a necessidade de aquecimento e resfriamento na casa. O projeto aprovado é para uma casa de 232 metros quadrados, incluindo uma unidade de quatro quartos e um quarto de avó, ou kookum. A construção inclui isolamento de alto valor R no envoltório do edifício, um sistema fotovoltaico

(painéis solares), uma bomba de calor de fonte de ar com suporte elétrico para aquecimento e resfriamento, um fogão a lenha, um sistema de ventilação com recuperação de energia (ERV) e construção convencional em madeira.

Escopo contínuo do projeto

Junto com sua Nação, Bohdana continuará a desenvolver seu trabalho na comunidade para atender às necessidades de moradia de mais de 300 famílias: “Os povos indígenas têm fortes laços com a Terra em que vivem, pois sua Terra reflete sua Cultura, e sua Cultura reflete sua Terra. As duas estão interligadas e não podem ser consideradas separadamente.” No curto e médio prazo, irá liderar os seguintes projetos

1. Modularização do protótipo de habitação: dimensionar o protótipo para a Primeira Nação Moose Cree é essencial para garantir sua acessibilidade e replicabilidade na comunidade. O período de construção deste protótipo será de maio a outubro. Essa abordagem treinará a população local na construção de moradias com eficiência energética e fortalecerá a economia local, o que contribuirá para a criação de moradias acessíveis.

2. Avaliação do estado de conservação de cinco habitações existentes e renovação de duas

As condições de cinco casas existentes serão avaliadas, e duas delas serão reformadas para melhorar sua eficiência energética. Hoje em dia, muitas casas estão em condições inabitáveis ou precisam de reparos, sejam eles grandes ou pequenos.

3. Estudo de Viabilidade Comunitária para Terras com Direitos de Tratado (TLE)

O estudo abrangerá 77 acres na Ilha Moose Factory, onde a reserva deverá se expandir nos próximos cinco anos. O plano comunitário identificará áreas comerciais, institucionais e residenciais, bem como espaços culturais (por exemplo, áreas de reunião ao ar livre) e avaliará a escalabilidade do protótipo de habitação da MCFN. O resultado será um relatório de viabilidade abrangente.

Graças ao trabalho anterior de Bohdana com a comunidade e o território, e ao planejamento comunitário liderado pela Nação, todos esses projetos estão interligados. Essa abordagem exige tempo, tempo essencial para desenvolver projetos que respeitem os direitos indígenas, ambientais e humanos.

Liderança jovem no desenvolvimento de habitações comunitárias energeticamente eficientes

A moradia é uma necessidade básica e, no que hoje conhecemos como Canadá, a moradia adequada é reconhecida como um direito humano fundamental. No entanto, os sistemas atuais

continuam a criar barreiras que impedem as Nações Indígenas de exercerem plenamente esse direito. Nos níveis nacional e internacional, é necessário um apoio mais equitativo, com maiores recursos e esforços direcionados à melhoria das condições de moradia dos indígenas.

Projetos como Bohdana abrem caminho para modelos de habitação que excedem os padrões mínimos, gerando mudanças duradouras e sustentáveis nas comunidades. Este é um relato vivo do que pode ser alcançado quando os jovens indígenas e suas comunidades recebem apoio para liderar e criar suas próprias versões de soberania energética. Destaca a importância do trabalho de aterramento na comunidade, na cerimônia e na terra antes, durante e depois de qualquer projeto de energia limpa.

Essa abordagem está inerentemente ligada à responsabilidade relacional, garantindo maior durabilidade da moradia e da infraestrutura para as gerações futuras. Não é apenas um projeto com um impacto extraordinário, mas também uma prova do que pode ser alcançado quando as comunidades estão no centro de seus lares.

■ *Bohdana Innes formou-se na Escola de Arquitetura McEwen da Universidade Laurentians e é membro da Primeira Nação Moose Cree no Território Mushkegowuk. Atualmente, ela mora em Ottawa, no Território Tradicional Não Cedido do povo Algonquin Anishinaabeg, e é arquiteta estagiária na JL Richards & Associates Limited (JLR).*

Freddie Huppé Campbell é bacharel em Políticas Públicas pela Universidade de Mary e mestre em Prevenção de Conflitos e Construção da Paz pela Universidade de Durham. Freddie lidera a equipe de Energia e Clima da Indigenous Clean Energy, onde trabalha para apoiar a soberania da energia limpa.

Mackenzie Roop é bacharel em Desenvolvimento Internacional pela Universidade McGill e mestre em Práticas de Desenvolvimento Indígena pela Universidade de Winnipeg. Seu foco é construir relacionamentos e abordagens interjurisdicionais para fortalecer a liderança indígena no setor energético.

Paulina Larreategui é formada em direito pela Universidade Católica do Equador, tem mestrado em relações internacionais pela FLACSO e é doutoranda em políticas públicas pela Johnson-Shoyama na Universidade de Regina. Atualmente, vive e trabalha no Território do Tratado 4, onde abraça as aventuras da vida com sua família.

Redefinindo o verde: resultados e reflexões da Cúpula sobre Direitos Indígenas e Economia Verde

De 8 a 10 de outubro de 2024, em Genebra, Suíça, delegações indígenas das sete regiões socioculturais do mundo se reuniram para abordar uma questão fundamental: como garantir que a economia verde não se torne mais um capítulo de exploração, mas sim um ponto de virada em direção à justiça? A cúpula não foi apenas para expressar preocupações; concentrou-se em ação, estratégia e poder coletivo. Líderes indígenas, ativistas e aliados trabalharam para construir uma visão compartilhada para uma transição justa que reconheça os direitos indígenas, garanta sua participação e enfrente as estruturas econômicas que impulsionam a desapropriação territorial e a extração de recursos.

■ **Por Rodion Sulyandziga**

A transição global para uma economia verde está avançando rapidamente, impulsionada pela necessidade urgente de reduzir as emissões de carbono e abordar as mudanças climáticas. No entanto, essa transição não ocorre no vácuo e tem implicações profundas para os povos indígenas, cujas terras e meios de subsistência são cada vez mais alvos de extração de recursos e projetos de energia renovável.

Energia renovável, veículos elétricos e mineração verde são promovidos como soluções para a crise climática. Mas se a história se repetir, essas indústrias crescerão às custas das terras, dos direitos e da soberania dos povos indígenas. Por esse motivo, suas vozes têm sido frequentemente excluídas das negociações de alto nível que determinam como os recursos são extraídos e quem se beneficia. Enquanto para o mundo industrial moderno a economia verde representa uma grande oportunidade, para os po-

vos indígenas ela é uma nova ameaça existencial disfarçada sob slogans de sustentabilidade.

A Cúpula sobre Transição Justa e Povos Indígenas foi uma resposta a esses desafios e representou um marco histórico: pela primeira vez, um encontro liderado por indígenas se concentrou na transformação da economia verde. Dessa forma, eles definiram a agenda, estabeleceram prioridades, estabeleceram limites e se envolveram em diálogo direto com atores globais em seus próprios termos. Assim, eles participaram da discussão como parceiros reconhecidos e detentores de direitos.

O momento da verdade: por que a Cúpula foi crucial

O conceito de “transição justa” busca garantir que o abandono dos combustíveis fósseis não agrave as desigualdades sociais. No entanto,

para as comunidades indígenas, a transição verde reproduz as injustiças do passado. A extração de lítio, níquel e cobalto (materiais essenciais para a fabricação de baterias) levou à desapropriação de terras, degradação ambiental e violações dos direitos indígenas. Isto é demonstrado pelos casos dos povos Numu/Nuwu (Paiute do Norte) e Newe (Shoshone Ocidental) nos Estados Unidos, do povo Lickan Antay no Chile e da comunidade indígena Ust-Avam no Ártico Russo.

Da mesma forma, infraestrutura de energia renovável, como grandes parques solares e eólicos, foi desenvolvida em territórios indígenas sem consulta adequada ou Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI). Nesse sentido, a luta do

povo Sami contra os parques eólicos na Suécia, Noruega e Finlândia tornou-se emblemática.

A Cúpula se tornou um teste para determinar se a economia verde pode romper com padrões passados ou se será simplesmente outra forma de expansão para territórios indígenas “redescobertos”. Assim, representou um ponto de virada ao mudar a conversa do reconhecimento simbólico para demandas concretas. Os povos indígenas argumentaram que qualquer transição que ignore seus direitos não pode ser considerada justa. Essa posição é apoiada por estruturas jurídicas internacionais, como a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, que consagra o princípio do CLPI como uma obrigação legal e ética.



Foto: Rodion Sulyandziga



Principais marcos da cúpula

A Cúpula dos Direitos Indígenas e Economia Verde ocorreu de 8 a 10 de outubro em Genebra. Dado o número de participantes, decidiu-se dedicar cada dia a uma discussão específica.

Dia 1. Definindo o contexto. Representantes das sete regiões socioculturais apresentaram o estado atual da transição verde e seus impactos sobre os povos indígenas. As discussões deixaram claro que, sem a liderança indígena, a transição corre o risco de reproduzir os mesmos padrões extrativistas do passado.

Dia 2. Soluções. Os delegados compartilharam modelos, estudos de caso e estratégias para fortalecer a resiliência da comunidade, consolidar redes indígenas e definir as principais demandas para uma transição justa. O foco não estava apenas na resistência, mas também na construção de alternativas viáveis baseadas na governança e no conhecimento indígena.

Dia 3. Conexões globais. A cúpula foi concluída com intercâmbios de alto nível com coalizões, agências das Nações Unidas e outros atores internacionais, com o objetivo de garantir que as vozes indígenas estejam presentes nos espaços de tomada de decisão. Além disso, o Documento de Resultados Finais foi aprovado. As discussões finais ressaltaram a importância de garantir um lugar permanente para os povos indígenas na governança global da economia verde.

Objetivos, conquistas e desafios da Cúpula

A Cúpula estabeleceu três objetivos. Por um lado, consolidar o movimento indígena por uma transição justa como uma rede forte que abran-

ge continentes e fortalece suas alianças. Por outro lado, fornecer um espaço para engajamento entre povos indígenas, instituições globais e os atores que moldam a economia verde: Iniciativa para Garantia de Mineração Responsável (IRMA), Global Battery Alliance e grandes atores corporativos, Fórum Econômico Mundial (FEM), agências da ONU e coalizões de direitos humanos e meio ambiente. Por fim, articular uma estrutura política que centralize a governança e o consentimento indígenas em todos os projetos relacionados à transição.

Essas metas foram alcançadas com notável sucesso por meio de diálogos com o Fórum Econômico Mundial, a IRMA, a Global Battery Alliance e agências da ONU. Esses debates marcaram uma mudança de um envolvimento superficial para discussões substantivas. Embora essas discussões estejam em andamento, a Cúpula estabeleceu um precedente de que os povos indígenas não devem apenas ser consultados, mas também integrados aos processos de tomada de decisão em todos os níveis.

Um argumento central da Cúpula foi que a economia verde, como está estruturada atualmente, não resolve os problemas sistêmicos da extração de recursos. Embora seu objetivo seja reduzir a dependência de combustíveis fósseis, continua operando dentro de um paradigma voltado ao lucro que prioriza a extração de recursos em detrimento da sustentabilidade ambiental e da equidade social. A contradição é evidente: uma transição que visa mitigar os danos ambientais está, em muitos casos, reproduzindo-os.

As discussões da cúpula destacaram estudos de caso em que comunidades indígenas resis-

tiram com sucesso a projetos exploratórios ao mesmo tempo em que promoviam modelos de desenvolvimento alternativos. Por exemplo, iniciativas e projetos de energia renovável de propriedade indígena, conduzidos em colaboração com líderes, forneceram modelos viáveis para extração responsável. Esses casos ressaltam que a transição verde não é inerentemente exploradora, mas sua trajetória atual é profundamente falha.

Um lugar à mesa e um documento de resultados

A Cúpula foi concebida com a intenção de garantir que os povos indígenas tenham um assento à mesa e desempenhem um papel de liderança na construção de uma transição justa. Isso exige

ir além da simples consulta prévia e avançar em direção a uma liderança genuína, onde o conhecimento e os direitos indígenas sejam pilares fundamentais do futuro da economia verde. Nesse sentido, uma primeira conquista foi a adoção do documento Princípios e Protocolos dos Povos Indígenas para a Transição Justa, que detalha princípios e recomendações de políticas que podem remodelar a estrutura da economia verde.

Aplicação legal do CLPI: Os mecanismos existentes para obtenção do consentimento indígena são frequentemente contornados ou enfraquecidos por brechas legais, tanto por empresas quanto por governos. O documento pede estruturas legais vinculativas que estabeleçam o CLPI como um pré-requisito para todos os projetos extrativos e energéticos que afetem territórios indígenas.



■ A Cúpula serve como mais um espaço para os Povos Indígenas liderarem alternativas de desenvolvimento. Foto: Rodion Sulyandziga



Modelos de governança liderados por indígenas: em vez de tratar a participação indígena como uma formalidade processual, o documento defende a integração de estruturas de governança indígena em estruturas regulatórias e de tomada de decisão.

Equidade econômica em projetos de recursos: O modelo econômico dominante, no qual as comunidades indígenas arcam com os custos sociais e ambientais da extração enquanto recebem benefícios econômicos mínimos, é rejeitado. Em vez disso, propõe mecanismos de compartilhamento de receitas e propriedade indígena direta de projetos de energia e mineração.

Reconhecimento do conhecimento indígena: a transição verde deve integrar o conhecimento indígena às políticas de adaptação às mudanças climáticas e sustentabilidade.

Responsabilidade institucional e liderança indígena

A Cúpula não representou um ponto final, mas sim uma intervenção estratégica em uma luta contínua. Foi um momento crucial para reorientar prioridades e abrir novos caminhos para o progresso, reconhecendo que um esforço sustentado será necessário. A partir de agora, os principais pontos de ação incluem:



■ A Cúpula representou um marco histórico para a transformação da economia verde. Foto: Rodion Sulyandziga

- **Fortalecer estratégias jurídicas indígenas:** os povos indígenas promoverão estruturas jurídicas mais fortes, tanto nacional quanto internacionalmente.

- **Expandir modelos econômicos indígenas:** projetos de energia renovável baseados na comunidade e iniciativas de governança ética de recursos serão priorizados para demonstrar alternativas às práticas extrativas. Esses modelos são baseados em propriedade coletiva, gestão sustentável de recursos e benefício comunitário a longo prazo.

- **Garantir a responsabilização institucional:** o trabalho futuro com instituições globais se concentrará em responsabilizar as partes interessadas por seus compromissos com os direitos indígenas, incluindo o estabelecimento de mecanismos de monitoramento que reforcem os padrões éticos nos setores de mineração e energia.

Em busca de uma transição justa e sustentável

A Cúpula deixou claro que uma transição justa não pode ser definida apenas por métricas ambientais e também deve ser avaliada em termos de justiça social. Uma economia verde que perpetua a desapropriação territorial, enfraquece a soberania indígena e coloca o lucro acima do respeito aos direitos não é uma verdadeira transição, mas sim a continuação de estruturas de poder sob um novo nome.

À medida que a comunidade global avança, há uma necessidade urgente de passar de compromissos superficiais para políticas ousadas e viáveis. Uma transição justa não pode ser reduzida a um simples ajuste dos sistemas energéticos: deve ser uma transformação estrutural que enfrente e corrija as injustiças históricas e atuais sofridas pelos povos indígenas.

A Cúpula sobre Transição Justa e Povos Indígenas foi um passo em direção a esse objetivo, mas seu verdadeiro impacto será medido pela disposição das instituições e governos globais em redistribuir o poder e reconhecer a liderança indígena. Sem essa mudança, a promessa de um futuro verde permanecerá irremediavelmente comprometida. O caminho a seguir depende do que fizermos em seguida. E, graças à Cúpula, estamos prontos.

Para mais informações sobre a Cúpula sobre Direitos Indígenas e Economia Verde, visite o site em www.indigenoussummit.org

■ *Rodion Sulyandziga é um líder indígena Udege da Sibéria Oriental (Rússia). Atualmente, ele atua como presidente do Comitê de Coordenação Global dos Povos Indígenas (IPGCC) e da Cúpula. Desde 2000, ele atua como Diretor do Centro de Apoio aos Povos Indígenas do Norte/Centro de Treinamento Indígena Russo (CSIPN/RITC).*

Como é uma transição justa para os povos indígenas?

Na 28ª Conferência das Partes (COP28), em Dubai, os governos do mundo declararam “o começo do fim” da era dos combustíveis fósseis, um marco simbólico enquadrado como um ponto de virada global. Para os povos indígenas, no entanto, essa frase levanta uma questão mais profunda: será este o começo do fim do modelo extrativista que há tanto tempo ataca seus territórios ou o início de uma nova e intensificada pressão sobre os ecossistemas e culturas que eles protegem?

■ *Por Galina Angarova e Yblin Román Escobar*

A frase “o começo do fim” da era dos combustíveis fósseis sinalizou um consenso há muito aguardado sobre a necessidade de eliminar gradualmente os combustíveis fósseis, mas não conseguiu abordar o modelo econômico subjacente que impulsiona tanto a crise climática quanto a injustiça ambiental. Atualmente, a solução proposta dominante para a crise climática é uma mudança em direção às tecnologias de energia renovável e veículos elétricos (alimentados por bateria), que são fortemente dependentes da extração de minerais.

A corrida pelos chamados minerais de transição, como lítio, cobalto, cobre e níquel – frequentemente rotulados como essenciais para a transição para energia limpa – está impulsionando uma expansão global da mineração. O Banco Mundial projeta um aumento de 500% na demanda por esses minerais até 2050. Por sua vez, a Agência Internacional de Energia estima aumentos de 40% para cobre e elementos de te-

rras raras (ETR), 60-70% para níquel e cobalto, e quase 90% para lítio até 2040.

A realidade é que mais de 54% das reservas globais desses minerais para a transição energética estão localizadas em territórios indígenas (ou perto deles). Designar certos minerais como “críticos” permite que os governos classifiquem a mineração como uma questão de segurança nacional ou emergência econômica, concedendo às empresas o direito de operar em territórios indígenas sem respeitar seu direito ao Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI). Na Argentina, Bolívia e Chile, quase 60% dos projetos de lítio estão localizados em territórios indígenas. Essas operações ocorrem sob estruturas legais aceleradas que evitam avaliações ambientais rigorosas. Além disso, como os povos indígenas deixaram claro na Cúpula Intercultural Andina das Comunidades Afetadas pela Exploração de Lítio, esses projetos violam seu direito ao CLPI, colocam em risco seu acesso à água e

ameaçam suas culturas e meios de subsistência tradicionais.

Princípios Indígenas para uma Transição Justa

A realidade latinoamericana não é exceção. Em todo o mundo, projetos de transição energética continuam avançando sem garantir o respeito aos direitos indígenas. Na Cúpula dos Povos Indígenas sobre Transição Justa, em Genebra, quase 100 líderes indígenas das sete regiões socioculturais do mundo concordaram pela primeira vez com um documento que define uma transição energética justa de uma perspectiva indígena para garantir que o processo seja equitativo e respeitoso.

Os povos indígenas não estão pedindo grandes reformas nas estruturas existentes. Eles simplesmente exigem que os direitos humanos e os direitos indígenas sejam respeitados, conforme

estabelecido na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP). O documento final da Cúpula de Genebra, “Princípios e Protocolos para uma Transição Justa para os Povos Indígenas”, apresenta uma estrutura enraizada no conhecimento ancestral, nas tradições legais e na conexão com a Mãe Terra.

Como ponto de partida, esses protocolos rejeitam o extrativismo. Eles propõem uma mudança na visão de mundo de sistemas que tratam a terra e a água como mercadorias para estruturas baseadas em direitos, consentimento e responsabilidade indígenas. Para os povos indígenas, a terra não é um recurso a ser administrado, mas uma relação viva que deve ser cuidada e respeitada. O CLPI não é um processo burocrático, mas sim um compromisso político e legal com a autodeterminação indígena.



Reunião da coalizão SIRGE no Deserto do Atacama, Chile. Foto: SIRGE



Em um momento em que o discurso climático dominante prioriza a competitividade, a segurança e o crescimento industrial, os povos indígenas lembram ao mundo que a verdadeira resposta à polícrise não é a dominação, mas a justiça.

Questões pendentes em finanças e governança climática global

A linguagem de uma transição justa ganhou destaque nas discussões climáticas globais, incluindo na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CQNUMC) e na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Isso deve envolver um processo liderado pela comunidade e pelos indígenas, visando garantir que a transição de economias extrativas para economias regenerativas seja equitativa, democrática e baseada na autodeterminação. Uma transição justa prioriza a reparação de danos históricos, a redistribuição de poder e recursos e a criação de meios de subsistência sustentáveis em harmonia com a Mãe Terra.

Entretanto, as interpretações atuais de transição justa nas COPs continuam limitadas. Eles se concentram principalmente em transições de força de trabalho, estratégias industriais, valor agregado e resiliência da cadeia de suprimentos. Essa estrutura muitas vezes ignora dimensões mais profundas da justiça, particularmente aquelas levantadas por povos indígenas, defensores da terra e comunidades da linha de frente. Direitos à terra, consentimento, descolonização e mudança sistêmica são, portanto, excluídos.

Os mecanismos de financiamento climático continuam a favorecer a infraestrutura em larga escala em vez de sistemas liderados por povos

indígenas. Na COP26 de 2021, US\$1,7 bilhões foram prometidos entre 2021 e 2025 para apoiar os direitos dos povos indígenas e comunidades locais às suas terras e recursos. Este compromisso foi visto como um primeiro passo para reconhecer seu papel vital na proteção das florestas e da biodiversidade: os povos indígenas administram 50% das terras do mundo, mas recebem apenas 1% do financiamento climático e menos de 5% da ajuda ambiental. Além disso, a maior parte desse financiamento é absorvida por ONGs, consultores e agências, em vez de chegar diretamente às comunidades.

Os dados mais recentes do relatório Relatório Anual de 2023-2024 do Compromisso de Posse Florestal dos Povos Indígenas e Comunidades Locais mostram alguma melhora em relação à promessa de US\$1,7 bilhões, mas ainda está muito aquém do que suas contribuições justificam. De acordo com o relatório, organizações indígenas e comunidades locais receberam 2,6% em 2021, 2,1% em 2022 e 10,6% em 2023 das contribuições anuais que compõem a meta de US\$1,7 bilhões. Enquanto isso, os processos da UNFCCC continuam a favorecer soluções baseadas no mercado e alianças industriais, ao mesmo tempo em que limitam a capacidade dos povos indígenas de influenciar as negociações.

Demandas indígenas por verdadeira justiça climática

Nas COPs e fóruns climáticos globais, os povos indígenas estão fazendo demandas baseadas na experiência vivida, no direito internacional e na necessidade urgente de acabar com a violação contínua de seus direitos em nome da ação climática. Eles exigem o reconhecimento

legal e vinculativo de suas terras e direitos territoriais como um passo fundamental em direção à justiça climática. Sem a posse segura da terra, o modelo extrativista continuará a prevalecer sobre a governança indígena, independentemente das intenções “verdes” dos tomadores de decisão.

O princípio do Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) deve ser totalmente implementado, não como uma formalidade processual, mas como um direito substantivo. As comunidades indígenas devem conduzir suas próprias avaliações ambientais e sociais dos projetos que as afetam. Os crescentes apelos por uma moratória global sobre a mineração em territórios indígenas sem o seu consentimento refletem o profundo dano que já está sendo causado em nome da transição energética. Os líderes indígenas foram claros: a descarbonização não pode ser usada para justificar uma nova onda de intrusão colonial.

Igualmente urgente é a demanda por financiamento climático direto e de longo prazo. Os povos indígenas exigem acesso direto ao financiamento alinhado com a UNDRIP, o Acordo de Paris e a Convenção sobre Diversidade Biológica. Enquanto isso, eles estão enfrentando os impactos das mudanças climáticas e as consequências das soluções propostas para lidar com elas. Ao mesmo tempo, os sistemas e protocolos de governança indígenas devem ser

reconhecidos dentro da arquitetura climática formal, desde as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) até as estruturas globais de financiamento climático.

Outro ponto relevante é a proteção das mulheres indígenas e defensoras da terra. A perseguição e a criminalização daqueles que se manifestam contra projetos extrativistas estão aumentando, e mecanismos internacionais de responsabilização devem ser implementados para proteger aqueles que defendem a vida. A transição não é neutra: ela está se tornando cada vez mais militarizada, securitizada e imposta. Em 2023, pelo menos 196 defensores da terra e do meio ambiente foram mortos em todo o mundo. Destes, 43% eram indígenas, um número alarmante que reflete o quanto essas comunidades sofrem com a violência ligada à defesa de suas terras e do meio ambiente.

Então, como é uma transição justa para os povos indígenas? Não se trata de compensação ou incentivos de mercado, mas de sobrevivência, direitos e relacionamentos. Muitas vezes, a justiça é formulada em termos econômicos, como se o valor só pudesse ser medido pelo retorno do investimento. Mas justiça não é um balanço. Não há um preço para a conexão entre as pessoas e a terra, nem uma métrica que possa medir a relação espiritual com a água ou o dever herdado de proteger a biodiversidade.

■ *Galina Angarova é uma defensora dos direitos dos Buryat, diretora executiva da coalizão SIRGE e possui mestrado em Administração Pública pela Universidade do Novo México. Anteriormente, dirigiu a Cultural Survival, representou os povos indígenas na ONU e fez parte da Swift Foundation, Tebtebba e Pacific Foundation. Ambiente.*

Yblin Román Escobar é descendente de Kolla - Quechua e consultora política da coalizão SIRGE, onde defende os direitos dos povos indígenas. Ela também possui mestrado em Ciências Ambientais (Universidade de Ghent), doutorado em Toxicologia Ambiental e leciona sustentabilidade na Universidade de Ciências Aplicadas VIVES.

Povos indígenas e transição energética: mineração e poluição na Argentina

Há mais de 50 anos e graças ao seu ativismo perseverante, o movimento indígena tem influenciado a esfera internacional para alcançar o reconhecimento dos nossos direitos coletivos, como povos, dentro dos Estados. As mudanças climáticas, que ameaçam toda a humanidade e a nossa Mãe Terra, exigem que influenciemos os Estados. Sem dúvida, nós, povos indígenas, somos os que mais sofremos com o aquecimento global. A transição energética necessária para enfrentar as mudanças climáticas deve considerar os direitos humanos dos povos indígenas, seus conhecimentos ancestrais e os objetivos do desenvolvimento sustentável.

■ **Por Sandra Ceballos**

A transição energética, como um processo de mudança para um sistema energético mais sustentável, é necessária e urgente para mitigar as mudanças climáticas e cumprir o Acordo de Paris. Para isso, é imperativo reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, diminuir o consumo de energia e aumentar a quota de energia renovável (solar, eólica, hidrelétrica e geotérmica). Além disso, a dependência de combustíveis fósseis deve ser reduzida e a inovação e o desenvolvimento tecnológico promovidos.

O marco regulatório da República Argentina em relação aos Povos Indígenas têm status constitucional: reconhece sua preexistência e o direito à propriedade comunal de seus territórios e à gestão de seus recursos naturais. Embora a Argentina tenha assinado a Convenção 169 da OIT e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, não há leis que regulam a propriedade comunitária ou a consulta livre, prévia e informada. Portanto, o acesso dos Povos Indígenas ao pleno exercício de seus dire-

itos coletivos específicos está frequentemente sujeito à vontade dos Estados nacionais e provinciais.

Retrocessos regulatórios e violações de direitos na Argentina

A República Argentina assinou e ratificou o Acordo de Paris. Em dezembro de 2020, a Argentina apresentou a Segunda Contribuição Nacionalmente Determinada e comprometeu-se a não exceder as emissões líquidas de 359 milhões de toneladas de dióxido de carbono em 2030, em conformidade com o Artigo 4.4 do Acordo. Contudo, as ações atuais do governo apontam na direção oposta. O presidente Javier Milei, que nega as mudanças climáticas e insiste que “é mais uma mentira que está caindo aos pedaços”, ordenou a retirada da missão argentina no terceiro dia da COP29, realizada em Baku, Azerbaijão, causando grande comoção entre as delegações.

Além disso, recentemente, o governo introduziu algumas mudanças regulatórias que geram violações significativas e preocupantes dos direitos de nossas comunidades indígenas. Essas medidas desregulam os sistemas de controle sobre atividades extrativas e têm um impacto significativo nos direitos territoriais dos povos indígenas. Eles também promovem e incentivam a exploração intensiva de recursos naturais, revogando leis consideradas “restritivas” e eliminando estruturas de supervisão estatal, refletindo um foco na liberalização total em setores como agricultura, energia e mineração.

Por sua vez, o Poder Executivo Nacional emitiu um Decreto de Necessidade e Urgência 1083/2024 que revoga a última prorrogação da Lei de Emergência Territorial Indígena. O fim do estado de emergência territorial expõe as comunidades a possíveis despejos (alguns já começaram a se materializar), o que contribui para um conflito que deve ser evitado em breve com a sanção final da lei de implementação da propriedade comunitária indígena. Além disso, em 2020, a Corte Interamericana de Direitos Humanos emitiu uma sentença “Lhaka Honat vs Argentina”, na qual o Tribunal obrigou a Argentina a adotar “medidas legislativas e/ou de outra natureza para dar segurança jurídica ao direito humano à propriedade comunitária indígena”.

Um novo tipo de colonialismo

Neste contexto adverso para os direitos indígenas, a exploração do lítio, um mineral essencial para a transição energética, avança. A Diretora Executiva Adjunta da Fundação para o Meio Ambiente e os Recursos Naturais (FARN), Pía Marchegiani, argumenta que nos últimos anos

houve um aumento drástico na demanda por lítio, devido à crescente pressão do Norte Global para avançar em direção a um modelo de transição energética. “E os ecossistemas e os direitos humanos?”, questiona a especialista.

Na verdade, as queixas dos povos indígenas são devido à exploração de recursos naturais, realizada por empresas com o apoio de governos provinciais e nacionais, sem considerar os relatórios de impacto ambiental ou os direitos humanos daqueles que sofrem as consequências. Portanto, embora seja urgente abandonar a exploração e o consumo de combustíveis fósseis, fazê-lo replicando o modelo atual de uso excessivo dos recursos naturais perpetuará a mesma lógica do modelo energético atual: um sistema extrativista abusivo, individualista e violador dos direitos humanos.

A extração de lítio causou sérios danos em diversas regiões da Argentina. Este fenômeno não é um incidente isolado, mas sim parte de uma longa história de pilhagem e sacrifício de recursos naturais que se repete em todo o continente. Desde a colonização europeia, os territórios latino-americanos foram concebidos como reservas de matérias-primas para o Norte global. Nesse contexto, a resistência ao extrativismo demonstra uma continuidade na defesa dos territórios.

A lógica colonialista se intensificou nas últimas décadas em toda a região como parte da concentração de terras e recursos nas mãos de grandes corporações estrangeiras fortalecidas por governos locais. No entanto, organizações indígenas estão respondendo.



Mulheres Diaguita defensoras da vida

No discurso oficial tanto das corporações transnacionais quanto dos governos locais, a transição energética é retratada como a chegada do progresso às áreas rurais. Na província de Catamarca, campanhas midiáticas e anúncios oficiais tentam reforçar a ideia dos “benefícios” que a mineração proporcionaria. A partir desta perspectiva, parece que as economias nacionais e as formas locais de organização estão “por trás” da inovação e da “prosperidade” que os megaprojetos de mineração trariam, juntamente com a promessa de criação de empregos.

Jovens indígenas da União dos Povos da Nação Diaguita promovem uma estratégia de defesa comunitária diante dos paradoxos apresentados pela transição energética em seu território. Eles implementam práticas concretas e situadas que desafiam políticas de exploração, interrompem a pilhagem de territórios e exigem ação. Jovens do Vale de Yocavil, localizado a leste de Catamarca, afirmam que a vida se defende no presente: “ Não podemos mais assistir enquanto as empresas destroem territórios sem fazer nada”.

O Vale de Yocavil tem uma longa história de luta dos povos que o habitam desde os tempos antigos. Jovens líderes Diaguita sustentam que escolhem cuidar da terra hoje porque amanhã será tarde demais, e explicam que progresso e desenvolvimento não são a mesma coisa. Milagros Romero, da comunidade de Toro Yaco, afirma que uma vida plena está relacionada à prática e à reflexão sobre as maneiras como consumimos, produzimos e cuidamos da natureza. Por isso, a União dos Povos da Nação Diaguita produz e comercializa seus alimentos, especiarias e artesanatos, protegendo o meio ambiente na-

tural do qual fazem parte, ao mesmo tempo em que bloqueia a entrada de empresas extrativas. “Sabemos muito bem quanta riqueza temos; não queremos que ela cresça. É por isso que estamos nos organizando para proteger nosso território das mineradoras”, explica Milagros.

No mesmo sentido, em dezembro de 2024, a União Solidária das Comunidades do Povo Diaguita Cacano emitiu uma declaração na qual repudiou o decreto presidencial que revogou a Lei de Emergência Territorial Indígena e a convocação do parlamento indígena. No documento, argumentou-se que o único propósito era permitir a livre exploração da Mãe Terra e privar as comunidades indígenas de seus direitos legítimos, reconhecidos em tratados internacionais e na legislação nacional. Além disso, observou-se que a situação se agravou porque o governo considerou excessivo o número de comunidades registradas e as classificou como inexistentes.

Os Kollas de Salinas defendem seu território contra o avanço do lítio

Em Jujuy, as comunidades das regiões de Salinas Grandes e Laguna de Guayatayoc vivem uma grave situação de vulnerabilidade dos seus direitos humanos e ambientais . A exploração mineral continua avançando apesar da falta de estudos de impacto ambiental completos e abrangentes para toda a bacia, que poderiam servir de base para identificar os riscos reais na área com escassez de água. As Comunidades Indígenas de Salinas Grandes e Laguna de Guayatayoc lutam e influenciam diversas áreas há décadas. Eles até elaboraram seu próprio protocolo de Consulta Livre, Prévia e Informada, que o governo provincial nunca implementou.

Além disso, os irmãos e irmãs do Povo Kolla de Jujuy de Salinas Grandes compõem o chamado Terceiro Malón de la Paz, que enfrentou o então governo provincial de Gerardo Morales em 2023. Naquela época, o executivo havia imposto uma reforma constitucional provincial que favorecia a exploração de recursos em detrimento dos direitos dos povos indígenas. Consequentemente, as comunidades tiveram que resistir à repressão violenta, todos os tipos de métodos de perseguição e a criminalização do protesto social.

A Suprema Corte de Justiça da província de Jujuy concedeu liminar e ratificou o direito à informação ambiental pública. Esta decisão beneficia as comunidades indígenas de Salinas Grandes e Laguna de Guayatayoc e reconhece seu direito de receber informações ambientais confiáveis (algo já contemplado no Acordo de Escazú). O recurso foi interposto pela Fundação do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (FARN) com o objetivo de acessar informações sobre pedidos de mineração de lítio e borato para operar em seus territórios.

Finalmente, por meio de carta datada de 24 de fevereiro de 2025, as comunidades Kollas de Jujuy receberam outra notícia animadora: o Banco Mundial suspendeu todos os estudos hidrológicos que deveriam ser realizados sem consulta e participação das comunidades indígenas da bacia de Salinas. A instituição financeira também determinou a suspensão da pesquisa até que as partes envolvidas encontrem uma forma de diálogo.

Uma transição que garanta os direitos humanos

A transição energética em nossos países deve ser uma oportunidade para avançar em direção a processos de produção e distribuição de energia mais justos e equitativos. Nesse sentido, o papel do sistema internacional de proteção é fundamental para garantir o respeito aos direitos humanos nas soluções para a crise climática.

De acordo com o Fórum Internacional dos Povos Indígenas sobre Mudanças Climáticas, em seu documento final de defesa da “Transição Justa” para a COP28 da UNFCCC: “Os direitos, perspectivas, sistemas de conhecimento e experiências vividas pelos povos indígenas devem ser considerados e levados em conta nas definições, critérios e implementação de projetos e programas de Transição Justa”.

Tanto o quadro regulamentar consagrado na Declaração, tal como o compromisso assumido no Acordo de Paris, permite-nos aproximar-nos do paradigma do “justo” em termos de transição energética. No entanto, atualmente, a exploração de minerais de transição como lítio, cobre e níquel estão sendo realizadas em territórios indígenas sem o seu Consentimento Livre, Prévio e Informado, o que está longe do que concebemos como justo.

■ *Sandra Ceballos é Presidente da Associação de Mulheres Advogadas Indígenas (AMAI) e professor da Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires (UBA). Ela é especialista em Povos Indígenas, Direitos Humanos e Cooperação Internacional. Concluiu mestrado em Direito Internacional dos Direitos Humanos na UBA.*

Bolívia: transição energética e direitos dos povos indígenas diante da exploração de minerais essenciais

Enquanto a atenção se concentra na exploração de lítio, as comunidades indígenas Ayorea, Chiquitana e Guaraya enfrentam uma nova ameaça em seus territórios: a expansão da mineração de terras raras e minerais críticos. Estes projetos, essenciais para uma suposta transição para a energia verde, tendem a aprofundar o modelo extrativista. É urgente restabelecer salvaguardas efetivas e garantir a implementação de processos de Consulta Livre, Prévia e Informada, com pleno respeito à autodeterminação dos povos indígenas.

■ **Por Miguel Vargas Delgado**

A transição energética busca reduzir progressivamente o consumo de combustíveis fósseis, promovendo a eletrificação da economia por meio de tecnologias como painéis solares e turbinas eólicas. No entanto, seu desenvolvimento enfrenta limitações significativas devido à sua alta dependência da exploração de terras raras ou minerais críticos – um grupo de pelo menos 17 elementos presentes na crosta terrestre. Esses recursos são estratégicos para as tecnologias modernas e fundamentais para a sociedade atual.

Embora muitos países, especialmente na Europa, tenham acelerado sua transição energética para cumprir seus compromissos climáticos e responder à crise energética decorrente do conflito entre Rússia e Ucrânia, nem todos possuem reservas suficientes desses minerais. O sucesso dessa transição está intimamente ligado à

disponibilidade e oferta desses recursos, o que poderia intensificar modelos de desenvolvimento extrativista nos países que os possuem.

De acordo com a Agência Internacional de Energia, a China é a maior produtora e processadora mundial de terras raras, sendo responsável por cerca de 60% da extração e processamento de quase 90% da produção global. O regime de Xi Jinping entendeu que o valor desses minerais não se limita à sua comercialização, mas também reside no seu uso estratégico para o desenvolvimento tecnológico. Essa situação gerou uma crescente dependência dos países ocidentais em relação à China, o que impacta diretamente no ritmo e na soberania da transição energética global. Na América Latina, apenas o Brasil está entre os dez países com maiores reservas, ocupando o terceiro lugar com aproximadamente 15% do total mundial.



■ Terra Indígena Monte Verde. Foto: Nahim Aslla Ortiz - Justicia Alimentaria

Terras raras e minerais críticos em territórios indígenas

Paradoxalmente, a transição energética baseada em fontes renováveis aumentou a demanda por terras raras e minerais críticos — recursos não renováveis — cuja extração está concentrada em ecossistemas estratégicos e frágeis, como territórios indígenas. Um estudo global publicado em 2022, baseado na Plataforma Internacional sobre Fornecimento de Minerais para a Transição Energética, revela que mais da metade dos projetos extrativistas vinculados a esses recursos estão localizados dentro ou perto de territórios indígenas.

Na América Latina e no Caribe, estima-se que 73% desses projetos impactam direta ou indire-

tamente territórios indígenas formalmente titulados. Além disso, muitas delas se sobrepõem a áreas com altos níveis de estresse hídrico, o que aumenta sua vulnerabilidade ambiental.

A exploração de terras raras e minerais essenciais não só acarreta impactos ambientais significativos, mas também consequências sociais e culturais. Isso inclui o risco de deslocamento forçado de comunidades indígenas e a ameaça à sua identidade cultural devido à migração, à fragmentação territorial e à rápida transformação de seus modos de vida. Há também um impacto nos mecanismos de tomada de decisão e no sistema de autoridades, particularmente devido à decisão das autoridades estatais de desconsiderar o direito à consulta livre, prévia e informada.



Bolívia em destaque na exploração de terras raras e minerais críticos

A Bolívia vive uma profunda crise econômica e energética, resultado do colapso de um modelo baseado na exploração de hidrocarbonetos. O aumento dos preços internacionais do petróleo, juntamente com um declínio drástico nas reservas de gás, levou a um grave desequilíbrio fiscal. Essa situação tem repercussões nas esferas social, política e judicial, e é agravada pela fragilidade das instituições democráticas e pela ausência de poderes independentes do governo.

Neste contexto de crise multidimensional, o governo nacional decidiu aprofundar o modelo de desenvolvimento extrativista, expandindo a fronteira de hidrocarbonetos e mineração na região amazônica, juntamente com o interesse na exploração de terras raras e minerais críticos. Embora a atenção internacional em relação à transição energética tenha se concentrado em projetos de exploração de lítio no sudeste do país, é essencial dar atenção aos projetos de exploração e exploração de terras raras e minerais críticos em regiões como a Amazônia, Chiquitania, Chaco e Pantanal.

Como parte da expansão do modelo extrativista, foi criado em 2022 o Vice-Ministério de Minerais Tecnológicos e Terras Raras. Dois anos depois, em janeiro de 2024, o Ministério de Minas e Metalurgia anunciou o início das atividades de exploração desses recursos. O governo nacional busca promover “nova mineração não tradicional” para atender à crescente demanda global no contexto da transição energética. O objetivo é diversificar a exploração de minerais tradicionais (prata, estanho, chumbo, zinco e ouro) para outros como níquel, cobalto e terras raras. Para

tanto, no âmbito da Corporação Mineradora Boliviana (COMIBOL), empresa estatal responsável pela gestão da cadeia produtiva da mineração, foi criada a Gestão Nacional de Minerais Tecnológicos e Terras Raras.

Além da exploração de lítio em Potosí, liderada por Yacimientos de Litio Bolivianos (YLB), dois projetos de exploração de terras raras estão sendo desenvolvidos no país: Cerro Manomó e Rincón del Tigre, ambos localizados no departamento de Santa Cruz, nas regiões de Chiquitania e Pantanal. Esses projetos visam identificar e quantificar reservas de minerais como tório, nióbio, níquel, cobalto, cromo, ouro e terras raras.

Por outro lado, em 2023, foram realizadas atividades de prospecção em San Javier (Chiquitania), onde foram coletadas amostras de rubídio, céσιο, tungstênio, titânio, tântalo, lantânio, praseodímio, európio, cério, neodímio, samário e tório. Os resultados desses estudos ainda são desconhecidos, e menos ainda se sabe quais atores estariam envolvidos na fase de exploração.

Minerais tecnológicos e terras raras em territórios indígenas

Atualmente, não há um banco de dados oficial sobre a presença de minerais tecnológicos e terras raras em territórios indígenas do Leste, do Chaco e da Amazônia. Entretanto, um exercício de sobreposição entre o Mapa de Minerais Tecnológicos e Terras Raras da Bolívia e a superfície dos 58 territórios indígenas formalmente reconhecidos pelo Estado, realizado pelo CEJIS permite identificar que esses projetos se concentram principalmente nas regiões de Chiquitania, Pantanal e Amazônia Norte do país.

Em Chiquitanía, as Terras Comunitárias Indígenas (TCOs) Guarayos, Monte Verde, Lomerío e Zapocó estão diretamente ameaçadas pelo projeto Pico Suto, enquanto as Terras Comunitárias Indígenas (TCOs) Bajo Paragua são afetadas pelo projeto Cerro Manomó. No Pantanal, o projeto Rincón del Tigre impacta diretamente o TCO do Pantanal e o território de mesmo nome, de propriedade do povo Ayoreo. No norte da Amazônia, o projeto de mineração de ouro Madre de Dios afetará diretamente o Território Multiétnico II.

Por outro lado, os projetos implementados pela COMIBOL no departamento de Santa Cruz terão

impacto indireto em quatro territórios indígenas: Guarayos, Pantanal, Tobité e Turubó Este.

Povos em isolamento voluntário e contato inicial

Projetos de prospecção também representam uma ameaça aos povos indígenas em isolamento voluntário e contato inicial no Pantanal e nas zonas de transição em direção ao Chaco. Em particular, o projeto Rincón del Tigre impacta diretamente as áreas de trânsito dos últimos grupos Yoreo que permanecem em isolamento voluntário.



■ Território de Monte Verde. Foto: Nahim Aslla Ortiz – Justicia Alimentaria

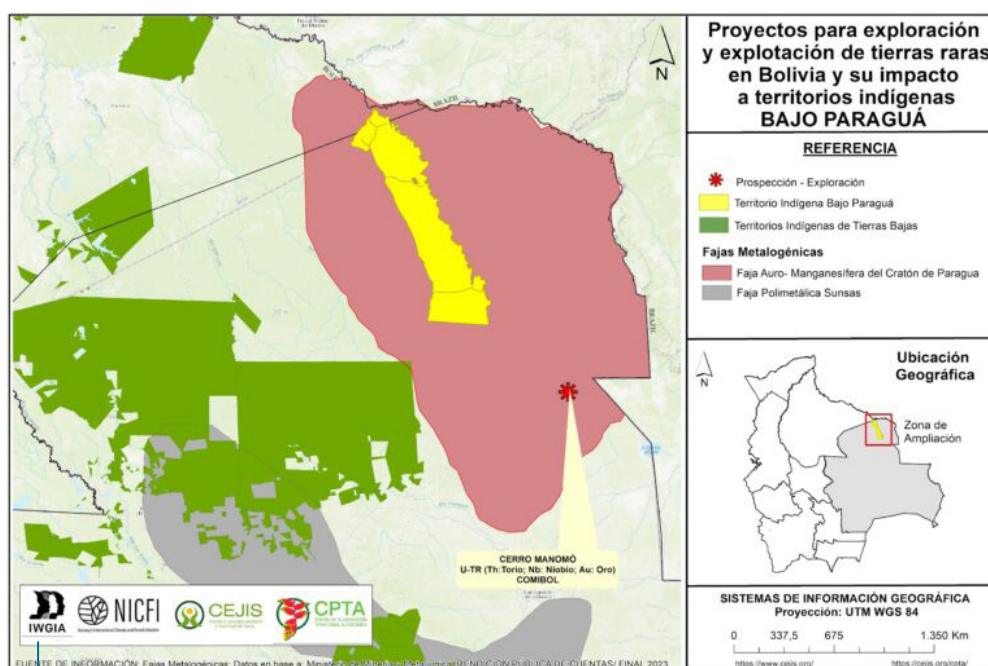


Não há evidências do desenvolvimento de salvaguardas para proteger a integridade desses povos ou respeitar sua decisão de permanecer em isolamento, conforme estabelecido no Artigo 31 da Constituição Política do Estado em vigor desde 2009. Como uma ação para fortalecer as salvaguardas internacionais em favor desses povos no nível internacional, durante a 24ª sessão do Fórum Permanente sobre Questões Indígenas das Nações Unidas, abordou-se a situação dos direitos dos povos indígenas, incluindo aqueles que vivem em isolamento voluntário e contato inicial, no contexto da extração de minerais essenciais. Neste caso, o Fórum recomendou “proibir todas as atividades econômicas, especialmente a exploração, a pesquisa, a extração e o processamento de minerais essenciais para a transição energética, em territórios onde sejam reconhecidos povos em isolamento voluntário”.

Longe de acatar essa recomendação, as autoridades nacionais estão se concentrando em intensificar as atividades de prospecção em regiões com presença comprovada de povos em isolamento voluntário e contato inicial.

Falta de consulta prévia e informação ambiental

Embora a Constituição estabeleça a obrigação de realizar processos de Consentimento Livre, Prévio e Informado com os Povos Indígenas sobre qualquer atividade que possa afetar suas vidas ou direitos, a política nacional sobre a chamada “nova mineração não tradicional” – particularmente a exploração de terras raras e minerais críticos – não foi submetida à consulta aos povos das TCOs Chiquitanía e Pantanal.



■ *Projetos de exploração e explotación de terras raras em territórios indígenas do Baixo Paraguai, Bolívia. Fonte: Ministério de Minas e Metalurgia – CEJIS – CPTA (2024). Elaboração: CEJIS – CPTA*

Os projetos Pico Suto, Cerro Manomó e Rincón del Tigre não foram consultados com as autoridades dos municípios Guarayo, Chiquitano e Ayoreo. A exclusão das comunidades indígenas do processo de consulta prévia decorre da Lei de Mineração e Metalurgia nº 535, promulgada em maio de 2014, que isenta projetos de prospecção dessa obrigação. Esta disposição é claramente inconstitucional, pois contradiz as disposições da Lei Fundamental e os instrumentos internacionais sobre direitos indígenas.

A aplicação desta regulamentação agrava a vulnerabilidade dos povos indígenas, em particular do povo Ayoreo, que tem segmentos deles em isolamento voluntário na área onde se desenvolve o projeto Rincón del Tigre. A lei permite atividades de prospecção sem quaisquer mecanismos de fiscalização ou participação, além de uma simples autorização administrativa emitida pelas autoridades de mineração. Soma-se a isso a falta de informações sobre impactos ambientais, tanto na fase de prospecção quanto na futura fase de exploração.

A título de conclusão

A transição energética não pode ser construída à custa da violação dos direitos dos povos indígenas ou da devastação de seus territórios e do meio ambiente. A situação das comunidades indígenas nas regiões de Chiquitanía e Pantanal demonstra que, longe de representar uma

solução para o modelo extrativista, a chegada de projetos de exploração e aproveitamento de terras raras e minerais críticos tende a aprofundá-lo. Isso gera maior pressão sobre os territórios e novas violações de direitos indígenas.

O avanço silencioso dessa “nova mineração” nas terras baixas bolivianas já mostra seus primeiros impactos: projetos de exploração e exploração implementados sem consulta ou consentimento dos povos indígenas. Essas atividades acarretam uma perda significativa do patrimônio natural – especialmente florestas – e agravam os efeitos das mudanças climáticas, como o aumento do estresse hídrico.

A Bolívia está numa encruzilhada: persistir com um modelo extrativista ou avançar para formas de desenvolvimento que respeitem a autodeterminação dos povos indígenas. Neste contexto, é urgente restabelecer salvaguardas efetivas e garantir processos obrigatórios de Consentimento Livre, Prévio e Informado em todas as etapas dos projetos de mineração, como condição mínima para avançar em direção a uma transição energética verdadeiramente justa.

Amigos do Rio Attawapiskat: povos indígenas de Ontário em alerta contra lei contra seus territórios

Em uma única ação legislativa, o Projeto de Lei 5 propõe alterar deliberadamente inúmeras leis ou eliminá-las completamente para promover a mineração no Canadá. Esta proposta ameaça a taiga e o pantanal, onde coexistem numerosos povos indígenas. Guiadas pela Lei Natural, as comunidades Oji-Cree, Ojibway e Omushkegowuk prometem cuidar da água que lhes dá vida e resistir à ganância que envenena seus rios, prejudica suas crianças e destrói suas comunidades.

■ **Por Michel Koostachin e Kerrie Blaise**

Em abril de 2025, o governo de Ontário apresentou o Projeto de Lei 5, oficialmente intitulado “Lei de Proteção de Ontário Liberando Nossa Economia”. Esta iniciativa prioriza os interesses econômicos em detrimento da proteção ambiental e dos direitos humanos fundamentais. Seu objetivo é impulsionar o crescimento econômico e facilitar a extração de minerais essenciais no norte de Ontário, particularmente em uma região chamada “Anel de Fogo”: uma vasta extensão de aproximadamente 5.000 quilômetros quadrados onde dezenas de milhares de direitos de mineração foram registrados sem o consentimento dos povos indígenas.

A nova legislação propõe a criação de “Zonas Econômicas Especiais”, onde as leis provinciais sobre proteção ambiental, padrões de saúde, protocolos de segurança e resposta a emergências não se aplicariam mais. No norte de Ontário, os povos indígenas do território do Tratado

9 acreditam que o Projeto de Lei 5 representa algo muito mais malicioso: um ataque direto aos nossos direitos, nossos ecossistemas e nossas responsabilidades perante a Lei Natural. Essa medida foi duramente criticada por grupos indígenas de base, especialistas jurídicos e organizações ambientais, e estimulou esforços de organização comunitária no norte de Ontário.

Nesse contexto, os Amigos do Rio Attawapiskat são um grupo indígena de base dedicado a proteger a saúde das águas, das pessoas e das comunidades que vivem rio abaixo do Anel de Fogo. Somos membros das comunidades Attawapiskat, Peawanuck, Kashechewan, Fort Albany, Neskantaga e Moose Factory no território do Tratado 9. Juntos, temos a responsabilidade de proteger nossas terras da exploração e da degradação. Isso significa proteger a integridade da taiga (floresta boreal) e do muskeg (pântano) das terras baixas da Baía de Hudson-James,

ecossistemas essenciais para a mitigação das mudanças climáticas e a saúde das gerações futuras.

Lei Natural: Uma Responsabilidade Sagrada

Os Amigos do Rio Attawapiskat são os ancestrais dos chefes que assinaram o Tratado 9 com a Coroa para compartilhar as terras pacificamente. Os povos Oji-Cree, Ojibway e Omushkegowuk vivem em harmonia com essas terras que o Criador nos deu desde tempos imemoriais. Nós somos o Povo da Água. A água nos dá vida e nós cuidamos dela em troca. Este é nosso dever para com o Criador. Nossos modos de vida tradicionais não implicam ganância ou violência em relação a essas terras, mas sim amor, harmonia e um constante compromisso entre nós.

Uma profunda adesão à Lei Natural está no cerne da resiliência de nossas comunidades. A Lei Natural se refere ao Criador: tudo o que vemos, sentimos e percebemos espiritualmente. O sol que sempre nasce no leste e o ar que respiramos são expressões da Lei Natural. Essa compreensão abrange as quatro direções, a interconexão entre mente e corpo e a sacralidade da Mãe Terra.

Essa visão de mundo exige um profundo respeito por toda a Criação. Quando caçamos, seguimos tradições, como oferecer tabaco. Vemos os animais como companheiros, por isso devemos respeitá-los. A Lei Natural nos lembra que não possuímos nada; nós pegamos tudo emprestado. Esses ensinamentos moldam nossa percepção da terra, da água e nosso papel em protegê-las.



■ Estrada de inverno. Foto: Eleven North Visuals



Esse entendimento sagrado alimenta nossa inquietação frente a destruição que o homem propõe em nome da extração de minerais essenciais. O Projeto de Lei 5 viola a Lei Natural. Isso viola nossas responsabilidades com a Terra e com as gerações futuras.

Lacunas legais e consequências ambientais

Em uma única ação legislativa, o Projeto de Lei 5 da Câmara altera deliberadamente inúmeras leis ou as elimina completamente. Nenhuma lei provincial seria aplicada dentro da Zona Econômica Especial proposta. Isso inclui centenas de regulamentações relacionadas a trabalho, saúde e segurança, direitos dos trabalhadores, padrões trabalhistas, resposta a emergências, proteção ambiental, bem-estar animal e gestão de águas.

Essa lacuna legislativa levanta muitas preocupações sobre a transparência e a responsabilização do governo e como (se for o caso) os direitos dos povos indígenas da região serão respeitados. Sem leis executáveis, não haveria mecanismos claros para monitorar atividades, proteger a saúde pública ou garantir a segurança ambiental. Ao mesmo tempo, não há disposição para colaboração com as Primeiras Nações, nem para supervisão equitativa ou tomada de decisão compartilhada.

O governo de Ontário está usando a chamada “guerra tarifária” para justificar o avanço de interesses pessoais e privados. O Projeto de Lei 5 representa uma ganância que destruirá nosso futuro e o futuro daqueles que ainda estão por nascer. As autorizações emitidas pelos ministérios desconsiderarão os direitos indígenas e os direitos garantidos por tratados, ignorando

qualquer consulta com a população local ou líderes eleitos. Até o momento, o governo nunca solicitou nosso Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) e isso não mudará se o Projeto de Lei 5 entrar em vigor. Esta situação coloca em risco não apenas as nossas comunidades, mas também os nossos parentes, como o esturjão (*Acipenseridae*) e o caribú (*Rangifer Tarandus*), cujas populações já estão em declínio.

O empreendimento proposto para o Anel de Fogo está localizado rio acima de muitas de nossas comunidades, por aproximadamente 160 quilômetros. Alterar a muskeg afetará muito mais do que a área imediata. Os rios Attawapiskat, Kapiskau, Ekwan, Opinnagau, Albany e Winisk nos dão acesso aos nossos territórios tradicionais sagrados, onde coletamos alimentos e remédios. Essas águas fluem para o norte, até a Baía de James. As antigas turfeiras desta região continuam a servir como importantes sumidouros de carbono e ajudam a resfriar o planeta há milênios. Aqui, a água viaja pelo subsolo (em rios e córregos) e pelo ar através da chuva. Se o Anel de Fogo se desenvolver, as diversas toxinas da mineração se espalharão por nossos cursos de água e representarão uma séria ameaça a todos os seres vivos.

Extrativismo: uma história colonial

Mais de 30.000 reivindicações de mineração já foram registradas na região do Anel de Fogo, todas sem consentimento. Nós, as Primeiras Nações, reiteramos que o desenvolvimento não deve prosseguir sem o nosso acordo. Em vez de ouvir, o governo está eliminando as próprias leis que exigem nosso consentimento. Ainda nos lembramos do que a mineração trouxe no passado: a mina de diamantes De Beers prometia

empregos e oportunidades, mas deixou para trás poluição, escassez de moradias e relatos de suicídios. A província recebeu 14% dos royalties, mas nossa comunidade recebeu muito pouco e suportou o peso do sofrimento.

O discurso sobre “transição justa” e “minerais essenciais” é frequentemente apresentado como ação climática. Mas governos e indústrias usam esses termos para promover o mesmo e velho modelo extrativista. Eles falam sobre urgência e inovação, mas suas ações seguem um

padrão familiar: anular nosso consentimento, ignorar nossas leis e explorar nossas terras.

Nossos direitos fundamentais são sistematicamente violados. A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas é clara: o consentimento livre, prévio e informado é necessário para qualquer desenvolvimento em territórios indígenas. Os tribunais canadenses confirmaram isso. O governo federal o apoiou. Entretanto, Ontário continua a tratar a Declaração como se fosse opcional.



■ O Rio Attawapiskat congelado. A taiga e o pantanal estão ameaçados pelo avanço do extrativismo. Foto: Eleven North Visuals.



Por sua vez, as empresas de mineração frequentemente se aliam a atores políticos para agilizar a obtenção de licenças. Depois que os locais são identificados, eles ignoram os processos formais de consulta e vão diretamente para as Primeiras Nações, criando a divisão. Alguns membros recebem promessas, enquanto outros são excluídos. Essa tática corrói a confiança, enfraquece a unidade e silencia a dissidência.

As empresas de consultoria corporativa geralmente ignoram as bases. Eles falam com os chefes, mas não com as famílias; com diretores, mas não com jovens; com representantes urbanos, mas não com aqueles que cuidam da terra. A consulta é reduzida a um procedimento burocrático. Relacionamentos e responsabilidades são sacrificados em prol da velocidade e do lucro. O sucesso é medido em lucros trimestrais, não em rios limpos ou florestas vivas. Eles ignoram a Lei Natural, que ensina reciprocidade, humildade e cuidado. Quando nossos ensinamentos são descartados, nossa sobrevivência também fica em risco.

Como seria uma transição justa liderada por indígenas?

Para que uma transição justa seja significativa, ela deve ser liderada pelos povos indígenas. Ela deve nascer das nossas leis, da nossa relação com a terra e do conhecimento transmitido de geração em geração. Não se trata apenas de nos consultar, mas de nos capacitar para liderar, decidir e construir soluções climáticas baseadas no cuidado, não no lucro.

Este caminho deve ser baseado na Lei Natural e em nossa responsabilidade com as próximas sete gerações. Vocês devem honrar os direitos

estabelecidos nos Tratados e em nossos ensinamentos: sejam gentis, digam a verdade e compartilhem a terra. Envolve profunda responsabilidade relacional, onde o conhecimento tradicional é compartilhado respeitosamente, guiado por homens e mulheres sábios. Leva tempo: estudar sistemas hídricos e terrestres e entender os impactos ecológicos, espirituais e sociais de qualquer atividade. Tudo deve começar com uma cerimônia e prosseguir com consentimento informado e colaboração.

Não somos contra o desenvolvimento, mas exigimos que nossos valores e responsabilidades sejam respeitados. Nós nos perguntamos: como isso afetará o rio? O que acontecerá com os caribus e os alces? Quem beberá desta água em sete gerações? Estas não são perguntas hipotéticas: é assim que honramos e protegemos os direitos e tratados indígenas.

Queremos que nossos jovens entendam os ritmos das estações, a saúde dos animais, os ventos e as mudanças nas vias navegáveis. Queremos construir sistemas de energia e economias que sustentem, e não esgotem, nossas comunidades. Se houver tecnologias que nos ajudem a cuidar da Terra e atender às nossas necessidades, estamos dispostos a explorá-las. Mas as decisões devem ser nossas. Uma transição justa envolve mais do que mudar tecnologias: envolve transformar valores e estruturas de poder. Não se trata de extrair para novos mercados, mas sim de renovar com respeito e responsabilidade.

Elevando a voz

No mês passado, os Amigos do Rio Attawapiskat divulgaram uma Declaração de Proteção, reafirmando nosso dever de proteger as Terras

Baixas da Baía de Hudson-James sob a Lei Natural. Essas terras estão entre os mais importantes sumidouros de carbono do mundo. Mas, mais do que isso, eles são nosso lar, nosso professor e nossa confiança sagrada.

Nós resistimos não apenas por meio de petições, mas também pela presença. Um dos nossos membros lidera passeios de canoa para jovens no Rio Attawapiskat. Esses passeios não são simbólicos: são expressões vivas dos Direitos do Tratado, conectando os jovens à terra, à lei e à memória. Por trás dessas ações há um movimento profundo e crescente: pessoas de base se unindo, compartilhando suas lutas, criando esperança e imaginando coletivamente o caminho a seguir. Essas reuniões são atos de governança. Afirmamos que nossa autoridade emana de nossas relações com a terra e não da permissão colonial.

No mês passado, os Amigos do Rio Attawapiskat divulgaram uma Declaração de Proteção, reafirmando nosso dever de proteger as Terras Baixas da Baía de Hudson-James sob a Lei Natural. Essas terras estão entre os mais importantes sumidouros de carbono do mundo. Mas,

mais do que isso, eles são nosso lar, nosso professor e nossa confiança sagrada.

Nós resistimos não apenas por meio de petições, mas também pela presença. Um dos nossos membros lidera passeios de canoa para jovens no Rio Attawapiskat. Esses passeios não são simbólicos: são expressões vivas dos Direitos do Tratado, conectando os jovens à terra, à lei e à memória. Por trás dessas ações há um movimento profundo e crescente: pessoas de base se unindo, compartilhando suas lutas, criando esperança e imaginando coletivamente o caminho a seguir. Essas reuniões são atos de governança. Afirmamos que nossa autoridade emana de nossas relações com a terra e não da permissão colonial.

■ *Michel Koostachin é um orgulhoso membro Cree da Primeira Nação Attawapiskat. Ele é o fundador do grupo de base Amigos do Rio Attawapiskat e está no último ano do curso de Serviço Social na Universidade Ryerson. Por mais de 20 anos, ele foi um Skabbewsis (ajudante) em cerimônias.*

Kerrie Blaise é uma advogada especialista em direitos ambientais e indígenas e fundadora da Legal Advocates for Nature's Defense (LAND), uma organização sem fins lucrativos que defende a proteção dos direitos indígenas e naturais e amplifica as vozes da comunidade em tribunais, perante legisladores e perante o público.



A indústria do níquel ameaça as últimas tribos nômades da Indonésia

A exploração intensiva deste mineral e seu impacto ambiental estão causando preocupação entre os povos indígenas e comunidades locais na Ilha Halmahera. O Parque Industrial Weda da Indonésia é o epicentro da exploração deste mineral, considerado essencial pelos fabricantes de veículos elétricos. Enquanto isso, os povos indígenas estão sendo deslocados de suas casas devido ao desmatamento causado pela mineração de níquel. Essa atividade também coloca em risco a vida cotidiana e as fontes de água das comunidades que vivem perto dessa zona industrial.

■ **Por Garry Lotulung**

Nas paisagens rurais da Ilha Halmahera, vive o povo O'Hongana Manyawa, cujo nome significa "povo da floresta" e que também é conhecido como Tobelo Dalam. Este povo, uma das últimas tribos nômades forrageiras ainda existentes na Indonésia, sempre dependeu da floresta e a protegeu como parte essencial de suas vidas. Sumean Gebe, sua esposa Bede Yuli e seus dois filhos viajam pela floresta construindo abrigos temporários com folhas de palmeira e lonas. Sumean passa os dias caçando javalis, veados e outros animais, além de coletar e vender resina de damar (amplamente usada como verniz para pinturas) para complementar sua renda.

Nas margens do Rio Kali Meja, outros membros da tribo, como Etus Hurata e Tatoyo Penes, continuam seu estilo de vida tradicional como coletores de amido de palmeira sagu. Apesar da idade avançada, eles se movem agilmente pela selva, usando varas de bambu e facões para col-

her e processar sagu, um alimento básico para sua subsistência diária. Daniel Totabo é mais jovem e também mantém práticas ancestrais: ele procura sogili (a enguia asiática) no rio durante a estação seca, demonstrando a profunda conexão da comunidade com seu ambiente natural.

A Survival International estima que entre 300 e 500 pessoas do povo O'Hongana Manyawa ainda vivem no interior florestal da Ilha Halmahera (a maior do arquipélago das Molucas). A Associação de Defensores dos Povos Indígenas Nusantara identificou 21 matarumah (linhagens) vivendo no continente Halmahera, cada uma composta por cerca de quatro ou cinco chefias familiares. Essas comunidades nunca tiveram contato direto com pessoas de fora e tradicionalmente protegem a ecologia do entorno, guiadas por costumes que expressam um profundo respeito pela floresta e tudo o que há nela.



■ *Tatoyo Penes e Etus Hurata, do povo O'Hongana Manyawa, processam material de sagu na floresta tropical em East Halmahera. Foto: Garry Lotulung*

Entretanto, sua existência agora está seriamente ameaçada por projetos de mineração de níquel. A Indonésia detém 42,3% das reservas mundiais desse recurso natural, o que levou à crescente invasão de suas terras tradicionais por empresas de mineração. A comunidade teme as consequências dessa expansão industrial. Se isso continuar, as florestas de Halmahera serão destruídas. Árvores serão cortadas, animais serão expulsos e morrerão porque seus lares foram completamente destruídos. “E então, onde viveremos?” Sumean reflete suavemente.

Tentativas de realocação

O governo indonésio encontrou uma solução prática. Desde 1978, a organização vem ativa-

mente realocando essas comunidades e construindo vilas como locais de assentamento. Na vila de Dodaga, no distrito de Maba, a realocação desta comunidade indígena é descrita sob o título de “Aldeia Cultural da Tribo Togutil”. Entretanto, na prática, as instalações sanitárias, econômicas e educacionais existentes são insuficientes, impedindo-os de levar uma vida plena neste novo território.

Os costumes nômades e as viagens de caça que praticam desde jovens, bem como seus laços profundos com a floresta, dificultam a adaptação do povo O'Hongana Manyawa. Mesmo que tenham recebido terras e casas em uma aldeia, eles não conseguem se sentir confortáveis. Como resultado, a comunidade abandonou



o assentamento, que agora é habitado por forasteiros. “A casa é muito quente durante o dia e muito fria à noite porque tem um telhado de zinco. É diferente de um telhado de folhas, que se adapta à estação. Sim, nos deram uma casa, mas talvez tenham esquecido que também temos que procurar comida todos os dias”, diz Sumean.

Apesar da discordância, há um limite para o que eles podem fazer. As suas vidas continuarão a ser perturbadas enquanto o governo não implementar a Decisão n.º 35 do Tribunal Constitucional de 2012 sobre florestas consuetudinárias, que está parada no Parlamento há mais de 10 anos. Várias organizações não governamentais indonésias estão pressionando ativamente o governo para reconhecer áreas florestais que foram controladas por povos indígenas por duas ou três décadas.

A paisagem industrial

Em operação desde 2020, o Parque Industrial Weda da Indonésia (IWIP) se tornou o epicentro da mineração de níquel em Halmahera. Localizado ao longo da Baía de Weda, este complexo industrial surgiu de uma joint venture entre a empresa estatal PT Aneka Tambang, a Strand Minerals, a mineradora francesa Eramet e o grupo chinês de aço inoxidável Tsingshan Holding Group, que paralelamente adquiriu uma participação de 57% na Strand Minerals. Esta região montanhosa tem sido considerada um local estratégico para a produção de níquel desde a era da Nova Ordem (1966-1998), devido à riqueza de seus depósitos.



■ Sumean carrega um urso-cuscuz de Sulawesi (*Ailurops Ursinus*) após caçá-lo na selva de East Halmahera. Foto: Garry Lotulung

A zona industrial transformou drasticamente a paisagem. Imagens de satélite revelam mudanças ambientais severas: densas planícies verdes foram substituídas por usinas elétricas a carvão, fundições de níquel e extensas operações de mineração. As doze usinas termelétricas a carvão emitem densas nuvens de fumaça, em nítido contraste com o ambiente ecológico anterior. A Climate Rights International e a UC Berkeley AI Climate Initiative documentaram esses impactos, revelando que a mineração de níquel destruiu 5.331 hectares de floresta tropical e liberou cerca de 2,04 milhões de toneladas métricas de gases de efeito estufa. De acordo com dados da Eramet, cerca de 6.000 hectares da concessão total de 45.065 hectares da Weda Bay Nickel serão explorados ao longo de 25 anos.

O parque industrial também é um grande centro de empregos: atualmente, emprega cerca de 43.000 pessoas em dois turnos. Esses trabalhadores enfrentam condições muito difíceis, com longas jornadas de trabalho e estradas de acesso molhadas e lamacentas. Um dos trabalhadores explica que gasta cerca de US\$6 por mês só com transporte até a fundição. Além disso, os turnos são intensos e muitos funcionários passam até metade do dia dentro da área industrial.

O custo humano desse desenvolvimento é significativo. A Rede de Defesa da Mineração (JATAM) registra 42 mortes por acidentes de trabalho entre 2018 e 2024, além de 125 incidentes de trabalho em 2022. Apesar desses desafios, a PT Indonesia Weda Bay afirma apoiar ativamente o meio ambiente e a comunidade local por meio de ações como o plantio de mais de 10 quilômetros quadrados de árvores para evitar inundações, o desenvolvimento de programas

econômicos e a implementação de projetos de restauração de corais e manguezais. O IWIP foi designado um Projeto Estratégico Nacional em 2020 e estima-se que atraia US\$15 bilhões em investimentos, demonstrando a magnitude econômica desse desenvolvimento industrial em larga escala.

Destruição ambiental: inundações, qualidade da água e doenças

O impacto ecológico da mineração de níquel em Halmahera vai além do desmatamento imediato, gerando uma rede complexa de problemas ambientais e sociais. O JATAM documentou um aumento drástico nas inundações, com mais de 12 eventos excedendo um metro de altura entre agosto de 2020 e junho de 2024. Uma grande enchente em 2024 submergiu sete vilas (Lukolamo, Woe Jarana, Woe Kobe, Kulo Jaya, Lelilef, Sagea e Trans Waleh), cortando o acesso de veículos e forçando 1.670 moradores a viver em tendas temporárias.

A qualidade da água também se deteriorou drasticamente na região. Moradores como Ahmad Kruwet e Adrian Patapata relatam mudanças severas em suas fontes de água. Onde antes havia água limpa e fresca para beber e usar diariamente, agora eles enfrentam água contaminada e insalubre. Ahmad precisa comprar galões de água que custam entre US\$0,60 e US\$0,90, enquanto a água de Adrian tem mau cheiro e está descolorida, tornando-a imprópria até para banho.

Os efeitos na saúde são igualmente alarmantes. O centro de saúde Lelilef Sawai registrou um aumento acentuado de infecções respiratórias. Asjuati, chefe do centro, relata que os casos de infecções respiratórias agudas dobraram em



questão de semanas: de 174 em janeiro para 345 em julho de 2024. Os grupos mais vulneráveis — crianças, idosos e trabalhadores da mineração — são os mais afetados. Os efeitos das condições de trabalho também são evidentes: cerca de 40% dos pacientes são funcionários do parque industrial.

Comunidades agrícolas e pesqueiras também foram devastadas. Agricultores como Adrian viram suas fazendas devastadas pela lama e inundações, com plantações mortas e solo degradado. Pescadores como Hernemus Takuling agora precisam viajar até 4 quilômetros da costa para encontrar áreas de pesca não poluídas. A alteração dos ecossistemas também afetou a fauna local, incluindo um rápido declínio de aves endêmicas na região.

Contexto global e demanda por veículos elétricos

A expansão da mineração de níquel é impulsionada pela transição global para veículos elétricos. China, Europa e Estados Unidos foram responsáveis por 95% das vendas de veículos em 2023, com projeções de crescimento contínuo. Estima-se que metade dos carros novos vendidos na China serão elétricos e que cerca de 60% dos veículos plug-in serão mais baratos que os modelos a gasolina. Essa demanda crescente coloca uma pressão significativa sobre os povos indígenas.



■ *Um menino carrega comida enquanto tenta atravessar as águas da enchente na vila de Lukolamo, em Halmahera Central. Foto: Garry Lotulung*

Sagea é uma região importante de Halmahera e tem sido alvo de empresas de mineração desde 2010. Atualmente, cinco empresas têm licenças de operação na bacia do Rio Sagea. Além disso, três empresas estão expandindo suas concessões ao redor da caverna Boki Maruru, aumentando a pressão ambiental. Em seu relatório de impacto de 2023, a Tesla mencionou os direitos dos povos indígenas e sugeriu a possibilidade de estabelecer zonas livres de mineração para proteger povos isolados. No entanto, a empresa obtém 13% de seu níquel da Indonésia e argumenta que a transição energética seria impossível sem esse fornecimento.

Resistência e esperança

Apesar dos desafios esmagadores, as comunidades locais de Halmahera não são vítimas passivas da expansão industrial. Em lugares como Sagea, os moradores estão protestando ativamente e buscando proteger seu patrimônio cultural e ambiental. Nesse sentido, eles propuseram a criação de um Geoparque Nacional para preservar as características geológicas e ecológicas únicas da região, demonstrando uma abordagem proativa à conservação.

A luta dos O'Hongana Manyawa e de outras comunidades locais atraiu a atenção da comunidade internacional e de organizações como a Sur-

vival International. A criação de zonas livres de mineração para povos indígenas isolados já foi implementada com sucesso em países como Brasil e Peru e pode servir de modelo para a Indonésia. Profissionais locais de saúde e meio ambiente também desempenham um papel fundamental na documentação dos impactos. Pesquisadores da Climate Rights International e da Forest Watch Indonesia estão fornecendo dados que destacam os custos socioambientais da indústria do níquel. O trabalho deles é essencial para aumentar a conscientização e influenciar decisões políticas.

O futuro continua incerto para as comunidades de Halmahera. Moradores como Ahmad e Adrian continuam esperando pela intervenção do governo e por um desenvolvimento mais sustentável. A situação de Halmahera ilustra o desafio global de equilibrar o progresso tecnológico com a justiça social e ambiental. A destruição de florestas, o deslocamento de povos indígenas e a degradação ambiental levantam questões fundamentais sobre a verdadeira sustentabilidade da abordagem atual para a transição energética. Como diz Ahmad: "Tenho vivido nessas condições há anos e talvez já tenha me acostumado, mas ainda quero viver uma vida saudável e melhor".

■ *Garry Lotulung é um fotojornalista e fotógrafo documentarista baseado em Jacarta. Ele se concentrou em histórias sobre a condição humana, mudança social e natureza.*

A cortina de fumaça da energia limpa: a proibição de combustíveis fósseis em Quebec e o boom da mineração em terras indígenas

O envolvimento do Departamento de Defesa dos EUA em projetos como Lomiko e Strange Lake demonstra como as narrativas sobre energia limpa podem se alinhar a objetivos militares. Minerais como grafite, lítio, elementos de terras raras e níquel são essenciais não apenas para baterias de veículos elétricos, mas também para a indústria militar. Quebec enfrenta uma escolha: manter seus compromissos com os direitos indígenas e a justiça climática, ou alinhar-se discretamente às prioridades militares dos EUA.

■ Por Earthworks

A proibição de combustíveis fósseis em Quebec, amplamente divulgada em 2022, foi apresentada como um ato ousado de liderança climática. No entanto, na prática, a província canadense está incentivando a expansão da mineração, particularmente de minerais considerados críticos, essenciais para as cadeias de suprimentos energéticos e militares dos EUA. Isso cria um paradoxo: os combustíveis fósseis são demonizados, enquanto a extração mineral acelera silenciosamente, beneficiando empresas de mineração canadenses e corporações industriais e militares americanas sob o pretexto de uma “transição verde”.

A contradição torna-se especialmente evidente nos territórios indígenas. Projetos como a mina de grafite de Lomiko e o projeto de terras raras de Strange Lake demonstram como a narrativa de liderança climática da província mascara a erosão contínua da soberania indígena. A imagem pública de Quebec como pioneira ambiental

obscurisce a realidade da extração de recursos que muitas vezes ocorre sem o Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI), conforme consagrado na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP).

Soberania indígena e uma transição justa

Em todo o Quebec, terras indígenas estão sendo abertas para projetos de mineração em nome da transição energética. De acordo com um relatório da MiningWatch Canada, impressionantes 10% do território do Quebec estão sob concessões de mineração, enquanto 60% das 338.000 concessões se sobrepõem aos rios, multiplicando os impactos. Embora o Canadá tenha aprovado o Projeto de Lei C-15 em 2021, incorporando a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP) à legislação federal, o consentimento livre, prévio e informado (CLPI) permanece mais uma aspiração do que uma realidade. As comunidades

são consultadas somente depois que os projetos já estão em andamento ou sob condições que tornam quase impossível o exercício de seu direito de recusa.

No Canadá, o Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) raramente é devidamente respeitado em projetos extrativistas. Um direito genuíno de rejeitar um projeto implicaria consultas prévias ao seu início, incluindo a participação de anciãos, mulheres e crianças, e não apenas de homens ou líderes tribais. E se uma comunidade disser não, o projeto deve ser interrompido. Uma transição verdadeiramente justa para energia limpa deve priorizar a soberania indígena como princípio orientador antes mesmo do início de qualquer processo. O CLPI não pode ser uma reflexão tardia.

Em 2023, a decisão do caso *R. v. Montour*, em Quebec, conferiu à Lei C-15 “o mesmo peso que um instrumento internacional vinculativo” em sua interpretação do Artigo 35(1) da Constituição. Embora saudada como um passo histórico na defesa dos direitos indígenas na província, sua implementação tem sido desigual. Recentemente, um tribunal superior de Quebec decidiu a favor da Primeira Nação Mitchikani-bikok Inik, que processou a província por descumprimento de sua obrigação constitucional de consultá-la antes de conceder concessões de mineração em seu território. A decisão exige que a província consulte e atenda às necessidades da Nação não apenas em relação às concessões existentes, mas também em relação às novas. Uma vitória parcial, em retrospectiva.

Em abril de 2022, Quebec reposicionou-se como líder progressista ao aprovar a Lei 21, que proíbe novas explorações e produção de petróleo, e

exigindo a restauração de territórios indígenas. A legislação foi amplamente celebrada como um passo em direção a ações mais eficazes contra as mudanças climáticas. A contradição entre a retórica de Quebec sobre os direitos indígenas e seus compromissos climáticos é claramente ilustrada pela mina de grafite de Lomiko e pelo projeto de terras raras de Strange Lake, em Nunavik. Nesses projetos, as promessas de sustentabilidade se chocam com a realidade extrativista da mineração.

A indústria militar dos EUA e a oposição indígena

Na região de Outaouais, o projeto La Loutre, da Lomiko Metals Inc., propõe uma mina de grafite a céu aberto, apresentada como parte da “transição ecológica”. Recentemente, uma verba multimilionária do Departamento de Defesa dos EUA (DoD) tornou-se uma das principais fontes de financiamento para essa mina, que enfrenta forte oposição. Segundo a Lomiko, ela poderá se tornar a sétima maior mina de grafite do mundo.

O projeto recebeu uma subvenção de US\$8.35 milhões do Departamento de Defesa por meio de um acordo de investimento em tecnologia, nos termos do Título III da Lei de Produção de Defesa. Esse valor é complementado por US\$4.9 milhões do Ministério de Recursos Naturais do Canadá, elevando o financiamento conjunto EUA-Canadá ao total de US\$16.7 milhões. A mina de La Loutre é um dos primeiros casos em que o Departamento de Defesa financia um projeto de mineração canadense em um estágio tão inicial. Embora a Lomiko a apresente enquanto um projeto de transição energética, o



envolvimento do Departamento de Defesa revela sua importância para fins militares.

O projeto gerou oposição das comunidades locais, incluindo a Primeira Nação Kitigan Zibi Anishinabeg (KZA), cujo território é diretamente afetado. Como ocorre com muitos projetos extrativistas, há poucas evidências de que o verdadeiro Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) tenha sido buscado. A comunidade KZA tem trabalhado ativamente para restaurar suas terras degradadas, em colaboração com os governos locais e provinciais, a fim de proteger os ecossistemas, em consonância com os compromissos assumidos pelo Canadá na COP15. Esses esforços entram em conflito direto com a expansão da mineração.

O governo de Quebec, apesar de apoiar a mineração, recusou-se a financiar o projeto a nível provincial, alegando falta de “aceitabilidade social”. Isso foi comemorado como uma vitória rara, embora não definitiva, visto que o financiamento federal e dos EUA continua disponível. O financiamento de projetos como o de Lomiko pelo Departamento de Defesa não é um caso isolado. Em entrevista ao *Le Journal*, Robert P. Sanders, Cônsul Geral dos EUA em Montreal, confirmou que outros investimentos estão em andamento.

O projeto Strange Lake e as preocupações dos povos Inuit, Innu e Naskapi.

Outro projeto desse tipo é o Strange Lake, da Torngat Metals. Embora não seja financiado diretamente pelo Departamento de Defesa dos EUA, a empresa fornecerá minerais a uma empresa americana contratada para fabricar ímãs de terras raras para as forças armadas dos EUA.

O projeto Strange Lake, da Torngat Metals, com sede em Quebec, está localizado entre o norte de Quebec e Labrador, em território Inuit em Labrador. Assim como o grafite, os elementos de terras raras são muito procurados tanto para baterias de veículos elétricos quanto para equipamentos militares. A mina é apenas uma parte do plano: uma planta de separação também está planejada para Sept-Îles. O projeto revelou sua verdadeira natureza quando inicialmente planejou uma estrada de acesso através de terras Inuit, o que teria exigido que o governo de Nunatsiavut realizasse sua própria avaliação ambiental. Posteriormente, a Torngat Metals mudou a localização da estrada.

Outras duas nações, a Nação Innu e a Nação Naskapi de Kawawachikamach, também expressaram preocupação com o impacto do projeto, destacando sua proximidade com as áreas de reprodução de caribus do Rio George. A Nação Innu reafirmou sua conexão com a terra e sua preocupação com os efeitos do projeto, invocando a Seção 35 da Lei Constitucional do Canadá, que reconhece os direitos indígenas. No entanto, assim como no caso do Projeto de Lei C-15, esses direitos permanecem obscuros e são aplicados de forma desigual em projetos extrativistas.

O Departamento de Guerra dos Estados Unidos e a transição justa

O envolvimento do Departamento de Defesa dos EUA em projetos como Lomiko e Strange Lake demonstra como as narrativas sobre energia limpa podem se alinhar aos objetivos militares. Minerais como grafite, lítio, elementos de terras raras e níquel são essenciais não apenas para

baterias de veículos elétricos, mas também para aplicações militares.

Com a recente mudança de nome do Departamento de Defesa para Departamento de Guerra, não há mais dúvidas sobre os objetivos desse financiamento. O recente projeto de lei “Big Beautiful Bill” adicionou mais US\$13 bilhões em financiamento direto do departamento, que continuará sendo alocado para minas e instalações de processamento não apenas nos Estados Unidos e Canadá, mas também em todo o mundo. Comunidades americanas, como a de Red Mountain, em Nevada, continuam lutando contra uma mina de lítio financiada pelo Departamento de Defesa que ignorou o consentimento local.

Essa tendência se intensificará à medida que mais fundos forem distribuídos para empresas de mineração. Quebec tem uma escolha a fazer: honrar seus compromissos com a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP) e com a justiça climática, ou alinhar-se discretamente às prioridades militares dos EUA. Assim, a retórica da sustentabilidade serve como cortina de fumaça para outros objetivos.

O paradoxo de Quebec

A proibição da exploração de combustíveis fósseis em Quebec, por meio da Lei 21, foi saudada como uma demonstração ousada de liderança climática. No entanto, considerando a crescente atividade de mineração na província, a contra-

dição é impossível de ignorar. Petróleo e gás são proibidos em nome da justiça climática, enquanto projetos de mineração destrutivos avançam sob a bandeira de uma “transição verde”.

A mina de grafite de La Loutre e o projeto de terras raras de Strange Lake ilustram como essa dinâmica se manifesta quando territórios indígenas são alvos de extração: o Consentimento Livre, Prévio e Informado é desconsiderado, e o financiamento externo direciona os projetos (menos para soluções climáticas e mais para garantir cadeias de suprimentos militares). A narrativa da liderança do Quebec revela a verdadeira natureza dos projetos extrativistas, onde a soberania, os ecossistemas e as soluções de longo prazo são sacrificados em prol de objetivos industriais.

Se a província estivesse realmente empenhada em uma transição justa, as nações indígenas teriam autoridade decisiva desde o início de qualquer projeto. Se essa fosse a realidade, o Consentimento Livre, Prévio e Informado não seria relegado a uma mera formalidade, mas respeitado como um direito vinculante capaz de alterar, redefinir ou interromper projetos por completo.

O paradoxo de proibir os combustíveis fósseis enquanto se acelera a mineração revela que a “transição” do Quebec não se trata tanto de justiça climática, mas sim de substituir uma prática extrativista por outra. Não se trata de desmantelá-la, mas de reformulá-la. Uma transição verdadeiramente justa exige que a soberania indígena seja colocada no centro da política climática.

Minerais de transição e combustíveis fósseis: o impacto do lítio nos povos indígenas

A destruição de territórios ricos em biodiversidade e patrimônio cultural é uma consequência preocupante da demanda global por minerais como níquel, cobalto e lítio. Esses territórios estão sendo sacrificados em nome do crescimento econômico e da chamada transição energética, enquanto governos e corporações priorizam lucros de curto prazo. Para enfrentar essa contradição e defender seus direitos, as propostas dos povos indígenas não são meramente soluções técnicas, mas respostas holísticas enraizadas em seus conhecimentos tradicionais, soberania territorial e sobrevivência cultural.

■ **Por Edson Krenak**

Guiada pela sua política de Transição Justa, as Nações Unidas procuram eliminar gradualmente a economia baseada em combustíveis fósseis, que depende do petróleo, do gás e do carvão. Para alcançar esse objetivo, os setores público e privado estão construindo uma economia renovável e “verde”. Mas isso exige enormes quantidades de minerais de transição, exercendo imensa pressão sobre a terra, as florestas e as comunidades indígenas, cujos territórios detêm 54% dos minerais mundiais necessários para a transição energética.

Além disso, a contradição reside no fato de que a extração mineral para “tecnologias verdes” se baseia nas mesmas práticas destrutivas que definiram a economia dos combustíveis fósseis. As experiências e os testemunhos de comunidades no “Triângulo do Lítio” (Chile, Argentina e Bolívia) e no Brasil (no Vale do Jequitinhonha e na Amazônia) mostram que essa abordagem não elimina a criação de zonas de sacrifício: ela apenas as desloca, amplia seus limites e enfraquece as proteções legais.

Assim, o uso intensivo de aquíferos e fontes de água subterrâneas, juntamente com processos de mineração altamente poluentes, está causando perdas e danos devastadores em territórios indígenas. Essa realidade expõe uma hipocrisia fundamental da “transição justa”, pois ela se constrói sobre fundamentos injustos, replicando os próprios padrões de violência ecológica e social que busca superar e minando o princípio ético de que ninguém deve ser deixado para trás na busca pelas metas climáticas.

Febre dos minerais e zonas de sacrifício

Essas questões tornam-se ainda mais urgentes no contexto da extração de minerais de transição, como cobre, cobalto, níquel e lítio. Na América do Sul, especialmente no Chile, Bolívia, Argentina e Brasil, a expansão da mineração de lítio representa sérias ameaças à saúde dos territórios indígenas, alterando biomas fundamentais onde o equilíbrio biocultural é essencial para enfrentar os impactos das mudanças climáticas, como o aumento das temperaturas.

Essas regiões, que fornecem vastas quantidades de lítio (um metal crucial para baterias de veículos elétricos e computadores), estão se tornando rapidamente novas zonas de sacrifício, colocando em risco fontes vitais de água, florestas únicas e o tecido cultural das comunidades indígenas. Esse padrão de criação de zonas de sacrifício é evidente na economia dos combustíveis fósseis, onde a extração, o refino e o descarte de petróleo, gás e carvão têm poluído desproporcionalmente as terras e águas indígenas.

Assim, a questão não resolvida da gestão de resíduos nucleares encontra paralelo na mineração de minerais em transição e na gestão de rejeitos. Tudo isso perpetua a crise e revela o conflito entre políticas estatais, atividades corporativas e sítios sagrados indígenas. De fato, organizações não governamentais, acadêmicos e defensores dos direitos indígenas têm denunciado o fato de que a maioria desses impactos indiretos dos resíduos da mineração são deliberadamente ignorados por governos e formuladores de políticas.

Por vezes, os impactos negativos fazem parte explícita de estratégias estatais ou empresariais para deslocar comunidades dos seus territórios tradicionais. Nas palavras dos sociólogos Robert D. Bullard e Valerie Kuletz, as zonas de sacrifício implicam “um padrão demasiado familiar de desrespeito para com as pessoas que habitam estas áreas desérticas, mascarando uma exploração das suas terras que remonta ao início da chamada expansão para oeste”.

Extração de lítio e resistência indígena

O lítio é um componente essencial das tecnologias de energia renovável, frequentemente

encontrado dentro ou perto de territórios indígenas. No Vale do Rio Jequitinhonha, em Minas Gerais, Brasil, empresas estão desenvolvendo diversas minas de lítio, com 17 poços planejados. O ativista comunitário local Djama Arana descreve como o governo e as corporações estão transformando o vale em uma “zona de sacrifício”, repetindo padrões de destruição ambiental impulsionados por interesses econômicos.

De forma semelhante, no “Triângulo do Lítio”, que abrange partes da Argentina, Bolívia e Chile, as comunidades indígenas enfrentam ameaças às suas terras e meios de subsistência. Mais de 400 povos indígenas habitam essa região, mas muitos não possuem títulos legais de propriedade sobre seus territórios ancestrais. Nati Machaca, uma manifestante em Purmamarca, Argentina, expressa sua preocupação com os impactos ambientais e destaca os graves danos ecológicos causados pela mineração de lítio: “Nossa terra está secando e nossa água está contaminada”.

A expansão da mineração de lítio no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, representa sérios desafios para as comunidades indígenas e tradicionais. A rápida expansão da mineração ameaça o meio ambiente: poluição atmosférica diária, altas temperaturas, destruição do ecossistema local e rios mortos (onde as comunidades costumavam pescar, nadar e realizar rituais). Quando visitei a região em julho passado, testemunhei os impactos em primeira mão: paredes rachadas nas casas, idosos com problemas respiratórios e as comunidades sendo despojadas de sua conexão cultural e espiritual com a terra.



O lítio é extraído de rochas duras (Brasil) ou de salmouras ricas em lítio (Triângulo do Lítio). A demanda global por lítio disparou devido ao incentivo aos veículos elétricos, embora a quantidade exata necessária permaneça incerta. Isso ressalta a necessidade urgente de fortalecer as proteções legais aos direitos territoriais indígenas e promover práticas de mineração sustentáveis. A reciclagem e a reutilização do lítio de baterias usadas poderiam reduzir a mineração, mas nem a indústria nem os governos parecem interessados em investir na reciclagem, argumentando que é mais cara. O custo econômico é o único fator que consideram.

Um ecocídio disfarçado de “energia verde”

Apesar de marcos jurídicos internacionais como a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP), as comunidades indígenas são frequentemente excluídas dos processos de tomada de decisão, com os governos falhando em respeitar o direito ao Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI). Assim como ocorre com a energia nuclear, a extração de lítio para veículos elétricos destaca os benefícios políticos, militares e econômicos desses recursos, ofuscando os danos sociais e ambientais que causam.

Ecocídio e genocídio cultural são replicados sob o pretexto de “energia verde”, enquanto terras indígenas são transformadas em zonas de sacrifício. Essa exploração também é evidente no Vale do Jequitinhonha, onde a mineração de lítio contamina fontes de água vitais para as comunidades locais, e no Triângulo do Lítio, onde a mineração, que consome muita água, ameaça a sustentabilidade dos modos de vida indígenas. Ambas as regiões refletem um padrão colonial

de pilhagem de recursos, onde o ganho econômico em outros lugares ocorre à custa da sobrevivência indígena e da saúde ambiental.

A recriação de zonas de sacrifício pela indústria de minerais em transição é semelhante às aquelas criadas pela exploração de petróleo e carvão. Ambas levam à apropriação de terras, ao esgotamento dos recursos hídricos e à poluição: desde o esgotamento de aquíferos e fontes de água pela mineração de lítio no Deserto do Atacama e em Jequitinhonha, até as violações dos direitos humanos decorrentes da mineração de cobalto na República Democrática do Congo.

Isso perpetua um modelo de desenvolvimento baseado na extração de recursos para exportação e no empobrecimento biocultural e econômico das comunidades locais, refletindo o padrão colonial da economia dos combustíveis fósseis. Trata-se de uma solução climática esquizofrênica, na qual os benefícios ambientais da energia renovável são desfrutados no chamado Norte Global (excluindo os povos indígenas do Ártico, que enfrentam os mesmos problemas que seus pares no Sul), enquanto os altos custos ambientais e sociais recaem sobre as comunidades e populações indígenas do Sul Global.

Princípios indígenas para resolver o problema

Para enfrentar esse cenário crítico, os povos indígenas têm defendido um princípio orientador poderoso: uma abordagem holística. No Diálogo dos Povos Indígenas, evento coordenado pela Cultural Survival e pela Coalizão SIRGE, três propostas foram apresentadas:

A. O princípio inegociável do Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI). O CLPI é o instrumento jurídico e político para a defesa dos

direitos dos Povos Indígenas. Tornou-se o pilar central da defesa territorial e da governança indígena, consagrado em leis internacionais como a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP) e a Convenção 169 da OIT. O CLPI não é uma simples lista de verificação ou um protocolo de consulta: baseia-se no direito à autodeterminação e à governança, o que significa o poder de dizer “não” a projetos que prejudicam suas terras e meios de subsistência. O debate não é se um projeto acontecerá, mas se ele deve acontecer. O direito e o poder de decidir pertencem à comunidade, não às corporações.

B. O modelo de cuidado indígena, em vez de um modelo extrativista. O modelo extrativista se opõe fundamentalmente às cosmovisões indígenas, especialmente às dos povos Atacameño e das comunidades do Vale do Jequitinhonha. Eles habitam esses territórios não para gerenciar recursos, mas para desenvolver e manter relações, responsabilidades e reciprocidade (os três “Rs” do desenvolvimento na perspectiva indígena). Este modelo desloca o foco da extração de recursos para a integridade territorial para a vida.

C. A imaginação jurídica e política: uma abordagem baseada em direitos para humanos e não humanos. Este ponto tem uma profunda conexão ontológica com o anterior. O problema com as estruturas jurídicas convencionais (incluindo o Consentimento Livre, Prévio e Informa-

do) é que elas ignoram o contexto e se baseiam em concessões, não em reciprocidade e cuidado. Elas são concebidas para regular a extração, não para impedi-la. Portanto, estabelecem níveis “aceitáveis” de danos, poluição e violações, tornando a destruição mensurável e legalizável.

Rumo a uma abordagem de direitos

A exploração de terras indígenas para satisfazer demandas econômicas globais, sem proteções legais nem respeito por seus direitos, é uma realidade. O movimento indígena propõe uma defesa legal criativa que transforma o panorama jurídico. Comunidades no Chile, Bolívia, Argentina e Brasil lutam pelos direitos de seus rios e florestas porque sustentam a vida humana em condições saudáveis e seguras, algo que a tecnologia não pode fazer.

Uma transição justa não pode ser construída sobre a mesma violação que pretende resolver. A extração de lítio para veículos elétricos e tecnologias, incluindo drones militares, causa danos a povos e ambientes, desde a América do Sul até a África e, inclusive, a Europa. Uma transição verdadeiramente justa deve reconhecer que a integridade da vida não é negociável. A humanidade deve exigir economias circulares, redução do consumo e tecnologias alternativas, que não transfiram a carga extrativa de um direito a outro.

■ *Edson Krenak é ativista, escritor indígena e membro do povo Krenak. É doutorando em Antropologia Jurídica pela Universidade de Viena e gerente para o Brasil da organização Cultural Survival. É membro da Coalizão SIRGE, da Sociedade de Antropologia das Terras Baixas da América do Sul (SALSA) e do Instituto Global de Gestão de Rejeitos (GTMI).*

